



ENTREMEIOS

PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS:
VINTE ANOS DE IMPACTO SOCIAL
2005-2025



Programa
Mediação de
Conflitos

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**GOVERNO
DE MINAS**

AQUI O TREM PROSPERA.

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Romeu Zema Neto

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Mateus Simões de Almeida

SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Rogério Greco

SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE
Christiana Dornas Rodrigues

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE
Flávia Cristina Silva Mendes

DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE
Celso Nunes de Sousa
Erika Cristiane Inacio Salgueiro
Jenifer Alvarenga Costa Magalhães
Otávio Alberto Donato

INSTITUTO ELO
Contrato de Gestão 002/2019

DIRETOR PRESIDENTE
Gleiber Gomes de Oliveira

SUPERVISÃO DE PREVENÇÃO SOCIAL À
CRIMINALIDADE - PROGRAMA MEDIAÇÃO DE
CONFLITOS
Lucas Matias de Almeida
Mariana Luiza dos Santos Viegas
Mateus Ferreira de Almeida

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Lucas Germano

REVISÃO FINAL
Erika Cristiane Inacio Salgueiro
Luximar Araújo de Freitas

FOTOGRAFIAS E ILUSTRAÇÕES
Acervo PMC / Os autores / Adobe Stock

ORGANIZADORES:
INTEGRANTES DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DO
PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM 2025

Celso Nunes de Sousa
Dalila Aparecida Almeida Salgueiro Lopes
Erika Cristiane Inacio Salgueiro
Ingrid Kelly Queiroz de Assis Marques
Jenifer Alvarenga Costa Magalhães
Karla Silva Souza
Kelly Oliveira Teles Lacerda
Lucas Germano
Lucas Matias de Almeida
Luximar Araújo de Freitas
Mariana Luiza dos Santos Viegas
Mateus Ferreira de Almeida
Natália Fernandes Gonçalves
Otávio Alberto Donato
Poliana Lourenço dos Santos
Sabrina de Bessa Rodrigues

SUBCOMISSÃO DE APOIO À DIAGRAMAÇÃO DA REVISTA
ENTREMEIOS - EDIÇÃO 2025
Ingrid Kelly Queiroz de Assis Marques
Kelly Oliveira Teles Lacerda
Lucas Germano
Otávio Alberto Donato
Poliana Lourenço dos Santos

Ficha catalográfica:

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Comissão de Comunicação do Programa Mediação de Conflitos. **Entremeios – Programa Mediação de Conflitos: vinte anos de impacto social, 2004 - 2025**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, 2025. 56p. Meio de divulgação: digital.

Sumário

- ◆ **Editorial**, 05
- ◆ **Construindo diálogos, fortalecendo territórios: vinte anos do Mediação de...**, 06
- ◆ **Entre palavras e soluções: a magia da Mediação em Minas**, 07
- ◆ **Do ponto de partida ao ponto de encontro**, 08
- ◆ **Mapa de palavras: nosso significado**, 10
- ◆ **Fortalecendo redes de apoio: capacitação para um acolhimento humanizado...**, 08
- ◆ **Memórias vivas: a jornada de mulheres fortes na Associação do Grupo de Mães...**, 12
- ◆ **III Edição da Feira Comunitária de Cultura Afro-brasileira**, 14
- ◆ **Entre meios, linhas e trilhas: um intercâmbio entre as referências comunitárias...**, 15
- ◆ **Gestão e Analista Social: como estes atores têm contribuído para a efetivação...**, 17
- ◆ **Devaneios na oficina de crochê!**, 19
- ◆ **Diário de uma violência transgeracional: as múltiplas camadas da mediação...**, 20
- ◆ **É fácil ser cidadão? A dificuldade no exercício da cidadania no dia a dia de...**, 23
- ◆ **Organização comunitária – Empreender com Elas: o empreendedorismo como...**, 24
- ◆ **“Eu não sei viver na solidão”: relato de experiência e análise de impacto das...**, 27
- ◆ **O poder de testemunhar uma história**, 30
- ◆ **É na Base: diálogos sobre a violência de gênero na política**, 31
- ◆ **Onde se vai, se vive. Onde se vive, se transforma: do Paquetá ao Cruzeiro...**, 32
- ◆ **Destrinchando o projeto “Encena”:** a vila e suas vivências, 36
- ◆ **Construindo pontes, derrubando muros: a experiência de implantação do PMC...**, 38
- ◆ **Retrato de uma mulher feliz**, 42
- ◆ **Segurança cidadã em foco: curso de Segurança Cidadã e Mediação...**, 43
- ◆ **O nosso caminho: linha do tempo de implantações do PMC**, 44
- ◆ **Carta ao nós futuro**, 50
- ◆ **A comissão**, 52



Editorial

Chegar aos 20 anos de um programa público não é apenas celebrar o tempo que passou, é reconhecer a força das pessoas que o mantêm vivo, que o reinventam a cada dia, que o tornam possível. O Programa Mediação de Conflitos nasceu do compromisso de cuidar da vida em comunidade, acreditando que cada relação, cada escuta e cada gesto de confiança têm poder para transformar realidades.

Ao longo dessas duas décadas, estivemos presentes em diferentes territórios de Minas Gerais, construindo caminhos de diálogo e convivência. Em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade, o Programa se materializa na escuta atenta, na mediação sensível e no trabalho conjunto com lideranças, instituições e redes locais. Mais que uma metodologia, a mediação é um exercício cotidiano de reconhecer o outro, e de acreditar que as soluções podem emergir das próprias pessoas, quando encontram apoio e espaço para se reconstruírem.

Nosso compromisso também se traduz na atuação direta frente às múltiplas expressões da violência que atravessam os territórios. O Programa Mediação de Conflitos tem contribuído para prevenir conflitos interpessoais, familiares e comunitários, fortalecendo redes de proteção e promovendo práticas de convivência pacífica. Acreditamos que enfrentar a violência não é apenas reagir a seus efeitos, mas agir sobre suas causas, ampliando vínculos, reconstruindo confianças e fortalecendo o pertencimento social como caminho de transformação.

Esta edição especial da Entremeios é, portanto, uma celebração das pessoas que fizeram e fazem parte dessa história. Analistas, estagiários e gestores sociais, parceiros institucionais, lideranças comunitárias e, sobretudo, as milhares de pessoas que confiaram no Programa ao longo desses 20 anos. Cada palavra, cada imagem e cada texto aqui reunidos revelam o entrelaçamento de vidas que sustenta o sentido da nossa política pública.

Seguimos acreditando que o cuidado com as relações é também uma forma de cuidar da vida — e que o futuro do Programa Mediação de Conflitos continuará sendo construído, como sempre foi, **entre pessoas, entre vozes, entre meios.**

Celso Nunes de Sousa
Diretor do Programa Mediação de Conflitos
*Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais
de Prevenção Social à Criminalidade*

CONSTRUINDO DIÁLOGOS, FORTALECENDO TERRITÓRIOS:

Vinte anos do Programa Mediação de Conflitos

Há duas décadas, nasce um programa pioneiro, movido pela certeza de que o diálogo é uma das ferramentas mais potentes para transformar realidades. E como bom mineiro, nesses 20 anos, o Mediação de Conflitos foi chegando devagarzinho, curioso, querendo conversar e conhecer cada território que atua. Por isso, neste aniversário a casa está cheia, são 35 unidades de prevenção espalhadas por toda Minas Gerais.

Ao longo desses 20 anos, o Mediação de Conflitos se consolidou como um espaço de escuta, construção coletiva e fortalecimento de vínculos. Por meio das circulações nas ruas, dos diálogos com a comunidade e pelo fomento da mediação comunitária, presentes em todas as frentes de atendimento, o programa reafirma, a cada dia, que segurança pública cidadã se constroi com mobilização comunitária, participação social e reconhecimento dos sujeitos que fazem os territórios acontecer.

Por isso, ao embarcar em uma nova fase, com seus 20 anos completos, esse aniversariante não sopra as velas sozinho, mas divide o bolo com cada UPC, cada profissional que passou pela política, cada referência e integrantes da comunidade, além das redes parceiras. São os moradores que, com sua presença cotidiana, suas histórias e laços, dão vida ao território e o fazem pulsar, construindo e sustentando caminhos que abrem portas para que o trabalho da Política de Prevenção Social à Criminalidade aconteça e se fortaleça enquanto política pública. Carregamos, assim, os enfeites para compor essa linda festa.

A fase já é adulta, e o Programa segue caminhando e amadurecendo. Sua metodologia não é estática: está em constante transformação, qualificando seu olhar para cada perfil de território. Cada peça é importante, para um alcance coletivo de uma segurança pública cidadã feita por várias mãos. E como toda boa festa que se preze, essa também tem celebração, com uma boa prosa, sorrisos e abraços. Que tal enfeitarmos esse bolo juntos? Para isso, vamos precisar de muitas cerejas, que representam cada pessoa que passou e deixou seu encanto.

É nesse espírito que a equipe da Comissão de Comunicação, com muito carinho, não poderia deixar de resgatar um pouco dessa jornada, buscando representar cada peça deste quebra-cabeça: única, indispensável e cheia de cor. Ao juntá-las, construímos um retrato coletivo de 20 anos de encontros, escutas, aprendizados e transformações.

Que esta revista seja, acima de tudo, um convite para celebrar. Trata-se de verdadeiro álbum dessa festa: com registros de memórias, conquistas e afetos compartilhados. E que venham muitos anos pela frente, com mais diálogo, muita escuta e ainda mais motivos para comemorar.

Por muitas e diversas mãos da **Comissão de Comunicação
do Programa Mediação de Conflitos** em 2025!



ENTRE PALAVRAS E SOLUÇÕES:

A Magia da Mediação em Minas Gerais

Em um canto acolhedor de Minas Gerais, onde o aroma do pão de queijo se mistura ao som do violão, há 20 anos surgia um programa que transforma vidas e resolve conflitos: a Mediação. Nessa terra de montanhas e sorrisos, a mediação é como uma conversa entre amigos que buscam entender uns aos outros, em vez de se perderem em juízo.

Imagine duas pessoas, cada uma com sua história, seus conflitos e seus pontos de vista. Em vez de se enfrentarem em um tribunal, elas são convidadas a sentar-se à mesa da mediação. Ali, mediadores capacitados, com a paciência de um mineiro que espera o café coar, escutam atentamente. Eles não estão lá para decidir quem está certo ou errado; estão lá para ajudar cada parte a encontrar seu próprio caminho para a solução do que lhes é apresentado.

O Programa Mediação de Conflitos é um convite à empatia, ele ensina que cada conflito pode ser uma oportunidade disfarçada. Em algumas pequenas cidades ou em grandes metrópoles mineiras, muitas histórias começaram a mudar. As vozes que antes ecoavam apenas raiva, agora se transformam em diálogos construtivos. A magia acontece quando as partes percebem que têm mais em comum do que imaginavam.

Assim, entre um café e outro, as pessoas aprendem a resolver suas diferenças com respeito e compreensão. O Programa Mediação de Conflitos não apenas pacifica tensões; ele constrói pontes. E na terra onde as montanhas são altas e os corações são largos, cada resolução traz um pouco mais de harmonia para nossos horizontes.

Em Minas, a mediação é uma verdadeira arte, uma dança entre palavras e sentimentos que transforma conflitos em histórias de superação e acolhimento. E assim como um trem que segue viagem lentamente por nossas Gerais, seguimos na certeza de que numa mesa redonda pode estar a chave para a construção de um futuro mais pacífico, onde prevaleça a cultura da paz.

Sigamos!

Deivison Luiz Vieira
Analista Social no PMC Via Colégio

DO PONTO DE PARTIDA AO PONTO DE ENCONTRO

Gabriel Vitorino Rocha

Analista Social no PMC Jardim Teresópolis

Maria Eduarda Chaves de Souza

Estagiária no PMC Jardim Teresópolis

Janaína da Silva Satler

Analista Social no PMC Jardim Teresópolis

Vanessa de Lima Viriato

Analista Social no PMC Jardim Teresópolis

Em agosto de 2022, se iniciava a oficina de vagonite (tipo de bordado), chamada “Ponto de Partida” do projeto ComAgente. A oficina era realizada em uma sala de aula localizada na Escola Estadual Senador Teotônio Vilela no bairro Jardim Teresópolis em Betim/Mg. Durante os primeiros encontros poucas eram as mulheres participantes, mas com o passar do tempo a sala ia ficando cada vez mais cheia e as mulheres em conjunto iam dando contornos aquele local.

Tais contornos eram facilmente observados nas formas em que elas se dispunham na sala, a ordem das carteiras era seguida mesmo na ausência de alguém, e apesar da existência desse modo específico de organização ao se apropriarem do lugar, jamais poderia ser dito de uma rigidez, as mulheres circulavam pela sala o tempo todo, sempre trocando experiências.

Em fevereiro 2023 houve a transição do projeto ComAgente¹ para as Oficinas do Programa Mediação de Conflitos, e em 2024 a oficina precisou ser remanejada para o espaço da Associação das Donas de Casa. A mudança potencializou e proporcionou maior visibilidade para a oficina e a associação resultando em um maior número de participantes.

Com quase dois anos de oficina as mulheres já haviam desenvolvido o ofício e criado laços, até que em maio de 2024 aicineira comunica a equipe sua saída, pois havia recebido uma

oportunidade para trabalhar em sua área de formação. Compreendendo a potência dos vínculos estabelecidos iniciou-se um trabalho da equipe para a manutenção do grupo. Realizamos monitoramentos frequentes até o dia da despedida daicineira.

No primeiro dia sem a participação daicineira que liderava o grupo o próprio coletivo pontuou sobre a importância na mudança do nome. As mulheres decidiram pela transição de Ponto de Partida para Ponto de Encontro. A equipe passou a acompanhar o grupo dando suporte para a sua manutenção. Várias decisões foram tomadas em conjunto e as mulheres encontraram uma forma própria de organização em que todas comprariam linhas no início do mês e elas seriam de uso coletivo, o lanche também seria coletivo e de acordo com a disponibilidade de cada uma.

Dentre as ações que a equipe realizou para a manutenção do grupo e fortalecimento do capital social destaca-se a execução de um curso de produção de bonecas de pano em parceria com o SESC, em que as mulheres além de confeccionarem as bonecas lembraram momentos de suas infâncias e compartilharam com o grupo. Também realizamos uma integração do grupo Ponto de Encontro com o grupo das Mulheres Arteiras que é acompanhado pela equipe do PMC Jardim Alterosas, nesse dia as mulheres trocaram

experiências sobre a condução dos grupos e compartilharam sobre os conhecimentos dos artesanatos. Realizamos também a construção do projeto de prevenção do Agosto Lilás com intuito de Conscientização sobre Lei Maria da Penha e a luta pelo fim da violência contra mulheres e meninas.

O grupo Ponto de Encontro permaneceu se autogerindo de forma horizontalizada e com demandas por novos aprendizados até que no início de 2025 o grupo enfrentou um novo desafio, a associação das Donas de Casa findou suas atividades e o grupo novamente demandou do programa articulação para um novo espaço. Com isso, realizamos intervenções e hoje o grupo é acolhido por uma referência comunitária no espaço que tem o nome de “Ateliê Ponto de Encontro”.



“e agora? o que fazer? onde vamos nos acolher?”

um grupo de mulheres mobilizado pensando que ficaria abandonado mas elas não querem parar unidas querem continuar precisam de uma solução a força de um grupo que apela por união pediram então ajuda do Mediação

a equipe se prontificou disposta a ajudar essas mulheres não podem parar a preciosidade do encontro que virou ponto do lugar marcado do olhar apaixonado por esse encontro tão amado

agora é um lugar com sua própria essência uma rica experiência aonde se chega com a força de uma mulher? aonde ela quiser um grupo de mulheres fizeram acontecer o ponto de encontro do terê.

¹ Nota editorial. O **ComAgente** foi um projeto piloto voltado à promoção de ações de fortalecimento da prevenção às violências, junto aos moradores das áreas de abrangência do Programa Mediação de Conflitos. Em 2021, o projeto ComAgente deu origem às Oficinas do PMC.

MAPA DE PALAVRAS: NOSSO SIGNIFICADO

Pedimos às referências
comunitárias que
sintetizassem, em
uma única palavra,
o significado do PMC
para os territórios.

Em duas décadas de atuação, o Programa Mediação de Conflitos (PMC) consolidou-se como uma política pública construída com e para os territórios. Mais do que oficinas, atendimentos ou ações pontuais, o PMC tornou-se presença constante, escuta ativa, construção coletiva e força mobilizadora. Cada palavra traduz o impacto do PMC na vida das pessoas e na dinâmica comunitária.

FORTALECENDO REDES DE APOIO:

Capacitação para um acolhimento humanizado da População LGBTQ+

A violência contra a população LGBTQ+ é uma realidade alarmante que reflete desigualdades estruturais e preconceitos enraizados na sociedade. Para enfrentar esse cenário, é essencial investir em estratégias de acolhimento e mediação comunitária que promovam a inclusão, a escuta ativa e a construção de rede de apoio. Pensando nisso, o PMC, em parceria com o Programa Fica Vivo! e com o Coletivo LGBTQ+ de Santa Luzia, realizou a capacitação dos oficinairos e referências comunitárias para o atendimento adequado dessa população, a fim de reduzir as vulnerabilidades e promover direitos.

O acolhimento eficaz a população LGBTQ+ deve partir de um entendimento aprofundado das especificidades dessa comunidade, reconhecendo as interseccionalidades de raça, classe, gênero e território, exigindo assim, que os profissionais sejam ensinados a atuar com sensibilidade e conhecimento sobre as demandas dessa população, combatendo a revitimização e garantindo acesso a serviços essenciais. Além do acolhimento institucional, a mediação comunitária surge como uma estratégia poderosa na prevenção e enfrentamento da violência. Espaços de escuta e diálogo podem reduzir conflitos e fortalecer vínculos comunitários, diminuindo a exposição de pessoas LGBTQ+ a situações de risco.

A capacitação abordou temas como conceitos básicos, sexualidade e identidade de gênero, designações, violências, direitos humanos, legislações específicas, estratégias de atendimento humanizado, formas de articular políticas públicas com iniciativas comunitárias e respeito. Promover ações contínuas de capacitação e mediação não apenas fortalece o enfrentamento às violências, mas também fomenta uma cultura de paz e inclusão. Investir na formação de agentes de transformação social foi um passo fundamental para garantir que a população LGBTQ+ tenha seus direitos assegurados e possa viver com dignidade e segurança. Quando há uma rede de apoio ativa dentro do território, cria-se um ambiente mais seguro que desestimula práticas discriminatórias e incentiva o respeito às diversidades.

INTERSECCIONALIDADE

Conceito que explica como diferentes formas de opressão e desigualdade se sobrepõem e interagem na vida das pessoas. Ele mostra que fatores como raça, classe social, gênero, sexualidade, deficiência e território não atuam isoladamente, mas se combinam para criar experiências únicas de discriminação ou privilégio.

EVITAR

Revitimização ocorre quando uma pessoa que já sofreu uma violência ou violação de direitos passa por novas situações de sofrimento, muitas vezes durante o processo de busca por ajuda ou justiça.

ACOLHIMENTO

Deve partir de um entendimento aprofundado das especificidades dessa comunidade, reconhecendo as interseccionalidades de raça, classe, gênero e território, exigindo assim, que os profissionais sejam ensinados a atuar com sensibilidade e conhecimento sobre as demandas dessa população, combatendo a revitimização e garantindo acesso a serviços essenciais.

PARA ENTENDER MAIS...

No comparativo entre os anos de 2022 e 2023, foi percebido aumento de 10,7% no número de assassinatos contra pessoas trans, passando de 131 em 2022 para 145 em 2023. No mesmo momento em que o país observou queda de 5,7% nos assassinatos gerais da população.

Edlaine Gonçalves da Silva
Analista Social no PMC Palmital

Marina Andrade Ramos
Estagiária no PMC Palmital

Thaís Caroline Alves Januário
Analista Social no PMC Palmital

Vigor Varela Fagundes
Analista Social no PMC Palmital

MEMÓRIAS VIVAS:

A Jornada de Mulheres Fortes na Associação do Grupo de Mães Solidárias Reunidas do Bairro Nova York

Gisele da Fonseca Siqueira Campos
Analista Social no PMC Minas Caixa

Kelly Oliveira Teles Lacerda
Estagiária no PMC Minas Caixa

Rebeca Carolina da Silva
Analista Social no PMC Minas Caixa

Introdução

O bairro Nova York é uma região extensa, carente de políticas públicas e de equipamentos sociais, cuja população possui baixa escolaridade e significativa concentração de beneficiários do Bolsa Família, segundo dados da Assistência Social em Belo Horizonte.

Concomitantemente, há ocorrências expressivas de casos de violências envolvendo principalmente ameaças e lesões corporais, contribuindo para um ambiente desfavorável para a promoção da segurança, da saúde, da vida e tornando-se propício para a perpetuação e crescimento das violências.

O artigo relata a experiência da equipe do Programa Mediação de Conflitos, da Unidade de Prevenção à Criminalidade do Minas Caixas, com a Associação do Grupo de Mães Solidárias Reunidas do Bairro Nova York, localizada em Belo Horizonte/MG. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a atuação comunitária e visibilizar a trajetória da associação, enfrentando a escassez de políticas públicas e o isolamento territorial da comunidade

Participando de algumas reuniões da Associação, a equipe conseguiu provocar as integrantes a envolverem-se em espaços da rede a fim de que pudessem ter visibilidade

e reconhecimento, aproveitando desses encontros estratégicos para fazerem suas reivindicações. O fortalecimento e revitalização de espaços como o da Associação é um aspecto de grande relevância para a segurança comunitária.

Sendo assim, algumas delas conheceram espaços importantes como o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Venda Nova e a Rede SESC de Venda Nova. A ocupação do grupo nessas reuniões repercutiu de forma positiva e representou avanços, sensibilizando algumas referências de Venda Nova para as necessidades do Bairro Nova York.

Surgimento do Projeto “Memórias Vivas”

De acordo com os relatos do grupo, a região começou a ser ocupada nos anos 1980, especialmente na região da Vila Antena. A Associação do Grupo de Mães foi formalizada em 07 de dezembro de 1996, e teve um importante papel em diversas conquistas para a comunidade, como o acesso à água encanada, asfalto e transporte público. No entanto, um terreno entre a sede da Associação e a Igreja São Régis permanece sem uso, embora as mulheres desejem transformá-lo em um espaço comunitário.

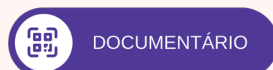
Esse terreno passou a ser utilizado irregularmente por vizinhos como estacionamento e depósito de entulho, gerando conflitos e sentimento de desvalorização entre as integrantes da Associação. Diante disso, após recusarem uma mediação com os vizinhos, a equipe do PMC propôs a criação de um jornal para resgatar e divulgar a história da Associação, na tentativa de sensibilizar a comunidade. A iniciativa evoluiu e se transformou na produção de um vídeo documentário e na organização de um evento cultural no terreno, com o objetivo de promover o reconhecimento da história do grupo e fortalecer sua presença no território. Assim nasceu o projeto Memórias Vivas – A Jornada de Mulheres Fortes.



Conclusão

Em suma, avaliamos que a execução do Projeto contribuiu para fortalecer a Associação, assim como para ampliar seus horizontes, proporcionando novas oportunidades. Ao longo dessa jornada, foi possível perceber o impacto positivo das ações realizadas, que não só beneficiaram diretamente as envolvidas, mas também criaram importantes conexões, abrindo caminhos para futuras iniciativas.

Mais do que uma simples execução, o Projeto Memórias Vivas representou um marco na trajetória da Associação, reforçando seu potencial, motivando essas mulheres a permanecerem na luta por melhorias para o meio comunitário. Os laços estabelecidos na comunidade e na rede com o Grupo de Mães, servirão como base para novas conquistas, garantindo que essa expansão continue gerando frutos.





III EDIÇÃO DA FEIRA COMUNITÁRIA DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A consciência negra, aliada à luta pelo direito à cidade, é uma ferramenta de resistência e justiça social. As desigualdades territoriais moldam as experiências da população negra, influenciando a violência. É preciso intervir nos fatores de risco e fortalecer a cultura afro-brasileira, redes comunitárias e lideranças negras, além de investir na juventude, educação e reparação histórica para romper a exclusão.

Karem Gandra

Fotografia | 23/11/2024

Edlaine Gonçalves da Silva

Analista Social no PMC Palmital

Marina Andrade Ramos

Estagiária no PMC Palmital

Thaís Caroline Alves Januário

Analista Social no PMC Palmital

Vigor Varela Fagundes

Analista Social no PMC Palmital

ENTRE MEIOS, LINHAS E TRILHAS:



Um intercâmbio entre as referências comunitárias do Mediação de Conflitos em Contagem

Referência comunitária é um líder social não auto-intitulado, sendo, por muitas vezes, considerado por demais pessoas de um território por se oferecerem como pontos de apoio, auxiliando os moradores através de orientações, articulações e encaminhamentos, além de buscar melhorias para o meio social em que estão inseridos.

As unidades do Programa Mediação de Conflitos em Contagem/MG, entendendo a importância e a necessidade de fortalecer os vínculos com a comunidade, decidiram em conjunto realizar um intercâmbio e café da manhã com algumas referências comunitárias que atuam nos territórios de abrangência das três unidades: Nova Contagem, Ressaca, Estrela D'Alva. O encontro, que leva o tema "Café com referências: o que te move no seu território?", potencializou o protagonismo social da população a partir de convites de diversas lideranças para que pudessem discutir entre si os desafios relacionados a

cada território, observando similaridades, diferenças, potencialidades e pontos que precisam de atenção nos respectivos locais.

O encontro foi realizado sob as sombras da jabuticabeira e goiabeira da Unidade Ressaca, contando com algumas dinâmicas para realização do encontro. No primeiro momento, a dinâmica do barbante foi utilizada como quebra gelo e apresentação dos convidados, começando por uma analista que se apresentou com nome e local de atuação, passando o novelo para frente e assim sucessivamente até uma teia ser formada, simbolizando as articulações de rede.

Após a finalização da dinâmica da teia, houve um momento de confraternização, no qual ofertamos o café, o que permitiu que as pessoas fizessem suas primeiras trocas e estabelecessem um bom diálogo.

Durante a confraternização, senhas de 1 a 4 foram distribuídas aleatoriamente entre os participantes, que foram realocados em

quatro mesas. Nessa dinâmica, três perguntas sobre liderança, desafios e possibilidades de atuações territoriais foram feitas para os participantes discutirem entre si e escrever, em conjunto, os pontos principais em uma cartolina. Após cerca de 20 minutos de troca, os grupos apresentaram as temáticas centrais e perceberam as similaridades em suas vivências, podendo ser observadas questões que perpassam os territórios, como acesso aos equipamentos públicos, infraestrutura, falta de serviços e ações para a juventude e ausência de informações sobre o acesso a direitos.

As referências conversaram sobre suas contribuições nos respectivos territórios, estreitando laços com as lideranças locais, assim como houve o compartilhamento de ideias de pessoas e lugares diversos. Ademais, o PMC entende a potência das reverberações deste encontro como uma oportunidade de trabalhar diversas questões comunitárias posteriormente com os moradores, contribuindo para o fortalecimento de vínculos.

Beatriz Carolina Barbosa Duarte

Analista Social no PMC Nova Contagem

Kevelin Cristina Ribeiro da S. Costa

Analista Social no PMC Nova Contagem

Lucas Germano

Analista Social no PMC Estrela D'Alva

Luíza Cerbino Ferreira

Estagiária no PMC Ressaca

Luximar Araújo de Freitas

Analista Social no PMC Nova Contagem

Tatiane Bortolini Sguizzato

Analista Social no PMC Estrela D'Alva

Thays Gonçalves de Matos

Analista Social no PMC Ressaca



GESTÃO SOCIAL E ANALISTA SOCIAL:

como estes atores têm contribuído para a efetivação do trabalho do PMC nos territórios

Kevelin Cristina Ribeiro da S. Costa
Analista Social no PMC Nova Contagem

Mateus Ferreira de Almeida
Gestor Social das UPCs no Ressaca e Estrela D'Alva

Introdução

O Programa Mediação de Conflitos (PMC), prestes a completar 20 anos, construiu ao longo dessas quase duas décadas uma atuação pautada pela integração de serviços e por um olhar marcado pela interseccionalidade. Seu objetivo central é intervir diretamente em situações de violência, com vistas à prevenção de homicídios nos territórios atendidos pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs). Essa atuação se apoia no fortalecimento do capital social, nas articulações institucionais com as redes locais e em uma robustez metodológica que orienta o trabalho das equipes.

Esse cenário evidencia a necessidade de construção coletiva entre diferentes atores, de modo a dar materialidade aos princípios que norteiam o programa desde sua fundação. Assim, neste artigo, buscamos destacar a potência da integração entre saberes e práticas dos cargos de Gestor Social e Analista Social, funções essenciais que viabilizam, a partir de suas atuações, eixos centrais para o funcionamento do PMC.

Contextualização histórica

Desde sua implementação, em 2005, o PMC atua em parceria com outros programas

da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, como o Fica Vivo!, promovendo ações territoriais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Em 2019, foi institucionalizado pela Lei nº 23.450, tornando-se uma política pública de Estado, coordenada pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (Supec), vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

Atualmente, o PMC está presente em mais de 200 territórios de Minas Gerais, com equipes multidisciplinares compostas por supervisores de prevenção, gestores sociais, analistas sociais, estagiários e técnicos administrativos.

A atuação do gestor social no PMC

Retomando o foco desta discussão, destacamos a relevância de dois atores estratégicos: os Gestores Sociais e os Analistas Sociais. Ambos estão inseridos nos territórios de atuação do programa, cabendo à gestão social um olhar estratégico que envolve a gestão de pessoas, patrimônio e equipamentos (UPCs), o planejamento das ações e a orientação das equipes quanto à execução das metodologias e práticas do programa.

De acordo com o guia de práticas, cabe ao Gestor Social perceber, entender e sistematizar,

junto às equipes técnicas, a dinâmica social das violências e criminalidades nos territórios. Isso permite a implementação de estratégias adequadas de prevenção, seja por meio da aplicação das metodologias do programa ou em atuação conjunta com parceiros institucionais.

Essa função exige uma articulação cuidadosa com diversos atores, de modo a assegurar que o trabalho na ponta ocorra de forma harmônica, promovendo um ambiente organizacional favorável às equipes de analistas sociais, estabelecendo fluxos sólidos com as redes locais e abrindo espaço para trocas que ampliem as possibilidades de atuação do programa.

A atuação do analista social

Na prática territorial do programa, o Analista Social atua como mediador comunitário, aplicando a metodologia do PMC. Sua atuação acontece diretamente na ponta, em contato cotidiano com moradores, instituições e serviços, identificando demandas e construindo respostas junto à comunidade. Esse trabalho exige presença constante, escuta ativa e o fortalecimento do capital social, seja nos atendimentos individuais, na mobilização de moradores ou na articulação com a rede local.

A rotina do Analista Social inicia-se com o acolhimento das pessoas que chegam à UPC, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. Nesse primeiro contato, é fundamental compreender as necessidades apresentadas, avaliar os encaminhamentos possíveis e oferecer um atendimento que transmita confiança. Não se trata apenas de indicar serviços, mas de entender o contexto e acompanhar o percurso necessário para a efetivação de direitos.

Para além da UPC, a atuação se expande. O Analista circula pelo território para estabelecer vínculos, mapear equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. Outra frente importante é

a mobilização social: o Analista escuta as demandas individuais, mas também analisa o território, organizando ações coletivas e incentivando a participação comunitária. Essa aproximação cria vínculos, fortalece a comunidade e contribui para a prevenção das diversas formas de violência.

Cada território apresenta suas próprias especificidades, e o Analista Social precisa ajustar sua atuação de acordo com a realidade local. Assim, seu trabalho não se resume a tarefas pontuais, mas a um esforço contínuo de articulação, acolhimento e construção coletiva. Ele se constitui como elo entre as políticas públicas e a vida real das pessoas, garantindo que o programa faça sentido na prática e tenha impacto concreto no cotidiano dos territórios.

Integração entre gestores e analistas

Para exemplificar o valor da integração entre esses atores, destacamos a parceria entre o PMC e a Defensoria Pública de Minas Gerais, que vem sendo fortalecida em municípios como Contagem.

Diante da elevada demanda relacionada a áreas como direito de família, questões penais e violência doméstica contra a mulher, os analistas sociais identificaram a necessidade de aprimorar os fluxos de comunicação com a Defensoria. Após mapear as principais dificuldades e demandas do público atendido, levaram essas informações à gestão social, que articulou uma reunião estratégica com os defensores públicos da cidade.

Esse processo resultou em avanços significativos: além de facilitar o acesso dos atendidos às informações e atendimentos, foi criado um canal direto para agendamentos e orientações, proporcionando respostas mais rápidas e eficientes às demandas apresentadas.

Essa experiência evidencia como a integração entre a escuta e a mobilização comunitária dos Analistas e a capacidade de

articulação estratégica dos Gestores pode transformar parcerias em colaborações ainda mais efetivas.

Conclusão

A integração entre Gestores e Analistas Sociais no Programa Mediação de Conflitos reafirma a importância da articulação estratégica e da escuta ativa na construção de respostas eficazes para os desafios territoriais. Enquanto a gestão social viabiliza parcerias e estrutura os fluxos institucionais, os analistas operam na linha de frente, acolhendo demandas, mapeando vulnerabilidades e assegurando que os atendidos tenham acesso efetivo aos seus direitos.

Assim, a consolidação dessas práticas reforça o papel do PMC na prevenção das violências e na promoção da cidadania, demonstrando que a articulação entre diferentes atores é essencial para a efetivação de políticas públicas que respondam, de forma qualificada, às realidades dos territórios.

DEVANEIOS NA OFICINA DE CROCHÊ!

E enquanto a peça fica pronta, a mulher apronta para sair.

Ela se chama Resistência.

Agora dá para entender o significado dessa palavra Resistência, resistir e não desistir de ser mulher.

Resistência fica imaginando a época em que não existia o crochê... Como costurar, pintar, maquiagem, dançar, cantar, sorrir, como criar? Ela nunca soltou os cabelos ou usou uma saia.

A oficina de crochê se tornou o símbolo de resistência das mulheres, daquele lugar até então esquecido. Falta água, falta luz, falta papel, falta copo, falta sol, só não falta a Resistência.

E quando aicineira ensina os pontos do crochê: ponto baixíssimo, ponto baixo, ponto meio alto, ponto alto, etc., Resistência com as mãos tremulas e calejadas, ensaia o primeiro forro de mesa (mesmo que chegue em casa e o companheiro não aceite, que o coloque em cima da mesa), Resistência são muitas...

Os pontos tem que ser iguais, firmes, mas na vida de cada uma nem sempre é assim... esses pontos nem sempre são fortes. A icineira está ali para ajudar a reconstruir, desmanchar este ponto, pois às vezes "dá um nó no meio do caminho".

E quando a icineira, cria um espaço de "resistência", de diálogo, sem a urgência de terminar o que iniciou na aula passada, Resistência leva o café. Resistência, mulher

aguerida que às vezes se confunde com os pontos do crochê, já pensou em desistir, ao mesmo tempo se interroga sobre o "norte". Ela nunca tinha ouvido falar da tal "Maria da Penha".

Neste grupo ha mulheres de todas as idades, é preciso pensar... na sintonia, em algo que acolha a de dezesseis e a de setenta, nada difícil para a icineira, já que ela consegue ver além do ofício.

Assim como as histórias contadas se misturam, as novas histórias também precisam ser ouvidas, "bastando um ponto para chegar ao equilíbrio", pois é de história que se vive, é de história que cada uma amadurece colecionando os próprios "stories".

Resistência pergunta, será que ainda dá tempo? Ela mesmo responde o devaneio: viver é a arte de resistir até o último suspiro!

A demanda pelos atendimentos se dá pela percepção da icineira, sempre atenta a:

"Um ponto e outro: ora frouxo, ora apertado demais, ora silêncio, ora lágrimas, mas sempre com muito sorriso no final. A equipe chega para acolher os pontos e dar sustentação, para isso basta a compreensão da metodologia e um abraço".

Resistência: a mulher que sobrevive!

Monica Piragibe
Analista Social no PMC Rosaneves

DIÁRIO DE UMA VIOLÊNCIA TRANSGERACIONAL:

As múltiplas camadas da mediação em um conflito familiar crônico

Aline Carvalho Vieira

Analista Social no PMC Jardim Canaã

Fernanda Martins Custódio Lima

Analista Social no PMC Jardim Canaã

Gabriela Parreira Ribeiro

Estagiária no PMC Jardim Canaã

Maíra Michele Santana de Jesus

Analista Social no PMC Jardim Canaã

O Programa Mediação de Conflitos tem, em sua essência metodológica, o compromisso de sensibilizar-se com os sujeitos inseridos em contextos de vulnerabilidade e tensões sociais. Por meio de mergulhos empáticos, nos quais a escuta ativa e o acolhimento são indispensáveis, a equipe busca constantemente novas estratégias para fortalecer e amparar a comunidade. Dentre essas estratégias, destaca-se a difusão de conhecimentos, cujo propósito é fomentar ações de conscientização social, democratizar o acesso a direitos e incentivar que os próprios indivíduos atuem como protagonistas da transformação de suas vidas.

Essa possibilidade de mudança, no entanto, encontra um grande entrave: a violência de gênero, um problema estrutural que marca profundamente a realidade da comunidade atendida. Em agosto de 2024, Uberlândia já se aproximava do primeiro lugar no ranking de feminicídios do Estado de Minas Gerais – um dado alarmante. Diante desse cenário, o PMC Jardim Canaã organizou um projeto voltado às turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Estadual Mário Porto. A iniciativa, nomeada “Agosto Lilás”, visava informar sobre a violência de gênero, ao mesmo tempo em que buscava formar multiplicadores dentro da

comunidade e proporcionar um espaço seguro para que vítimas pudessem compartilhar suas experiências e compreender melhor sobre as redes de apoio disponíveis.

Quando a escuta cria caminhos de reconexão

Durante o evento do “Agosto Lilás”, um momento de escuta e partilha, os estudantes encontraram um espaço seguro para partilhar vivências. Foi nesse ambiente que **T.** reconheceu, nas histórias narradas, ecos profundos da vivência de uma amiga presente: **M..**

Sensível à delicadeza do momento, respeitou o silêncio da companheira, compreendendo que há um tempo próprio para cada fala.

No dia seguinte, porém, **T.** procurou o PMC. Trouxe consigo o peso da preocupação e o gesto da amizade: relatou que, além de colega de turma, era vizinha e rede de apoio de **M.**, mãe solo que enfrentava conflitos graves no convívio com sua filha, **S..** Compartilhou não apenas os episódios de agressão, mas também sua própria presença constante como suporte: oferecendo acolhimento, remédios, alimentos e, sobretudo, escuta.

Com o incentivo dessa amiga, **M.** chegou

até o PMC. O relato que trouxe revelava não apenas dores acumuladas, mas também o desejo, ainda que frágil, de encontrar outra forma de viver. A violência dentro do lar havia ofuscado sua identidade enquanto mãe e sujeito de direitos. Ainda assim, havia nela uma semente de mudança. A escuta atenta da equipe percebeu essa potência.

Foi nesse ponto que o trabalho de mediação começou a tomar forma. Mais do que buscar soluções imediatas para os conflitos, era preciso construir um novo alicerce de sentido para a vida de **M.** As estratégias foram orientadas pela escuta sensível, pelo acolhimento integral e pela criação de espaços de reflexão que considerassem sua história, seus medos e suas vontades.

Ao final de cada conversa, **M.** expressava sua gratidão e compartilhava como a UPC havia deixado de ser apenas um local de atendimento, tornando-se um espaço de acolhimento e reflexão, onde ela podia voltar o olhar para si mesma.

O impacto geracional e a fala como potência

Ao longo dos atendimentos, **M.** começou a nomear violências antigas. Relatou a perda progressiva de autonomia, a sensação de estar aprisionada dentro de casa e dentro de si mesma. Compartilhou memórias do casamento anterior, em que o medo já era morador antigo. **S.**, sua filha, reproduzia padrões que sua mãe conhecia bem, e temia. A violência atravessa gerações como um ciclo silencioso, difícil de romper.

A escuta sensível permitiu que a equipe formulasse perguntas que ativassem a memória afetiva de **M.**, trazendo elementos que favorecessem sua reconstrução subjetiva. Em uma dessas escutas, surgiu a pergunta que se tornaria um ponto de virada:

“*Em que momento você percebeu que havia perdido a autoridade sobre a sua casa?*”

A reflexão provocada por essa pergunta plantou um novo olhar em **M.** Dias depois, voltou à UPC mais firme, trazendo não só dores, mas também as pequenas vitórias do passado. Relembrava situações em que conseguiu se impor, em que foi firme, em que foi ouvida, revelando o início de um processo de resgate da autoestima e da autonomia. A mediação passou, então, a fazer sentido.

A mediação como ferramenta de transformação

A partir desse avanço, a equipe decidiu iniciar formalmente o processo de mediação, com o acompanhamento da supervisão técnica. A proposta era criar um espaço em que mãe e filha pudessem se ouvir, sem máscaras, sem culpas, sem intermediários além da escuta respeitosa.

O foco era identificar os fatores que alimentavam a violência e construir estratégias de interação mais eficazes, respeitando as necessidades de ambas e proporcionando um espaço de diálogo e confiança para a resolução dos conflitos familiares.

No primeiro atendimento com **S.**, a equipe se deparou com uma jovem mulher à beira da exaustão emocional. Surpreendentemente, ela também expressava o desejo de mudança. Confessou sentir culpa pelas atitudes com a mãe, mas afirmou que não sabia como agir diferente. Reconhecia **M.** como uma mulher admirável, mas dizia que a relação havia se desgastado por mágoas acumuladas, cobranças mútuas e traumas não curados.

A mediação possibilitou algo essencial: o rompimento do ciclo de violência por meio da palavra. Não se tratava de esquecer o que foi vivido, mas de ressignificar. A partir desse processo, pequenas transformações começaram a emergir: ajustes na rotina, novos pactos de convivência, reconfigurações nos papéis familiares.

As redes que sustentam os recomeços

Para além da mediação entre as duas, a construção de uma rede de apoio ampliada foi estratégica. A equipe acionou a UBSF para acompanhamento psicológico, fortalecendo a dimensão da saúde mental como parte fundamental do processo. Essa ponte foi essencial para que ambas pudessem se cuidar, se compreender e se reconstruir.

Ao lado disso, a presença ativa de **T.** foi vital. Mais que uma amiga, ela se mostrou elo de confiança, sustentação e empatia. Participava espontaneamente dos atendimentos, trazia percepções, e oferecia acolhimento quando **M.** não se sentia bem no seu próprio lar.

Essa experiência temporária foi transformadora: **M.** pôde vivenciar uma rotina doméstica diferente, observar com carinho a forma como **T.** se relacionava com suas filhas, e perceber que outros modelos de convivência eram possíveis. A partir daí, começou a reconstruir sua identidade materna e relacional, com base no respeito e no diálogo.

Conclusão: o tempo da metamorfose

Com o amadurecimento do processo, mãe e filha passaram a reconhecer, gradualmente, seus lugares dentro da dinâmica familiar e a retroalimentação do ciclo de violência que se estabeleceu entre elas. No último atendimento, **M.** compartilhou, emocionada, que agora se sentia mais respeitada dentro de casa. Sabe que é uma relação que ainda está muito fragilizada, mas que havia, entre elas, uma tentativa mútua de equilíbrio.

Por fim, a equipe acredita ser de suma importância evidenciar os motivos pelos quais essa história foi relatada. A escolha de trazer esse caso não teve como propósito apresentar uma solução definitiva, um fim, mas sim dar visibilidade ao percurso — às trilhas abertas pela mediação, as transformações possíveis a partir da escuta e do fortalecimento das redes

de apoio.

Casos como o de **M.** e **S.** ilustram como ambientes marcados por múltiplas violências podem perpetuar ciclos invisíveis, transmitidos de geração em geração, como uma ponte, tornando-se, paradoxalmente, uma espécie de elo entre os membros da família. No entanto, ao mesmo tempo, revelam que é possível romper esse ciclo quando se cria espaço para o diálogo, para o cuidado e para o reconhecimento da humanidade do outro.

A mediação, nesse cenário, foi mais do que uma metodologia de trabalho: foi um caminho possível para que ambas pudessem se reencontrar, não mais como oponentes, mas como partes de uma história que pode — e merece — ser reescrita.

Retroalimentação do ciclo de violência:

A retroalimentação do ciclo de violência significa que, sem intervenção, a vítima pode permanecer presa nesse padrão, com as agressões se tornando cada vez mais graves e frequentes. O contexto social e psicológico da vítima, como dependência financeira, medo ou manipulação emocional, contribui para essa repetição.

É FÁCIL SER CIDADÃO?

A dificuldade no exercício da cidadania no dia a dia de quem convive com a violação de direitos

Deborah Ilana Silva Abrahão Santarelli
Analista Social no PMC Serra

Natália Almeida Ramos
Analista Social no PMC Serra

A. é um homem jovem de 28 anos que se autodeclara branco, estatura média, morador da Vila Marçola, no Aglomerado da Serra. Vem de uma família grande, com muitos irmãos. Chegou ao Mediação de Conflitos em 2019, sua motivação eram os desafios vivenciados pela precarização no acesso aos direitos de sua família, acentuada pela pobreza e descaso estrutural dos serviços públicos do território em que vivem.

“Na realidade foi a minha mãe que veio aqui, conheci através da minha mãe que já era atendida por vocês. Então comecei a procurar vocês para solucionar meus problemas.”

Ao longo da vida, A. viu seu irmão portador de deficiência física crescer longe da escola, devido à dificuldade de transitar pelos becos com uma cadeira de rodas. Passou pela situação de desaparecimento de outro irmão. E tenta ao longo de todos estes anos possibilitar um tratamento para outro irmão que possui questões graves de saúde mental, além da adicção.

“O programa me ajudou muito, eu não estava bem psicologicamente. Foi uma base que me auxiliou muito bem, se não fosse a Mediação de Conflitos eu não teria conseguido, não teria solucionado meus problemas, porque minha energia já estava exaurida.”

No Brasil temos leis robustas que garantem os direitos humanos, no entanto, a busca pela efetivação não se adequa às diversas

realidades sociais, tornando essencial atuações que auxiliem as pessoas a acessar seus direitos.

“Onde vamos buscar saber dos nossos direitos e como solucionar nossas questões? Nós temos desafios para acessar nossos direitos, não temos muitas condições financeiras, então é fundamental ter o mediação de conflitos aqui na comunidade.”

Possibilitar práticas que auxiliem as pessoas a acessarem seus direitos é uma das formas de favorecer o exercício da cidadania. A. frequenta diversos equipamentos de atuação local, municipal e até mesmo estadual ao longo de todos esses anos, mas vê um diferencial no atendimento do Mediação de Conflitos.

“O diferencial é ver que os analistas tentam de toda maneira nos ajudar. Minha família foi toda auxiliada pelo programa, auxiliaram meu irmão J. a se organizar, ajudaram meu irmão mais novo que conseguiu entrar para a ASSPROM, tudo para manter o caminho correto das coisas, porque não estava nada correto e não tinha ninguém por nós e vocês deram esperanças pra gente.”

A luta de A. continua e conta com o Mediação de Conflitos para auxiliá-lo no exercício da cidadania, mesmo diante dos desafios vivenciados por quem luta pelo direito de exercê-la.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: EMPREENDER COM ELAS

O Empreendedorismo como forma de Prevenção Social à Violência

Marcelly Calixto Coelho

Analista Social no PMC Turmalina

Maressa Mesquita Macedo

Analista Social no PMC Turmalina

Pedro Lucas Gomes Santana

Analista Social no PMC Turmalina

Kelly Cristina Silva Pinto

Gestora Social na UPC Turmalina

Localizado no município de Governador Valadares, às margens de três rodovias federais –BR 116, BR 381 e BR 259 - o bairro Turmalina, foi formado por moradores procedentes de diferentes cidades do Vale do Rio Doce. Essa forma de constituição, afetou profundamente a construção de laços de confiança e solidariedade, impactando posteriormente, na formação do capital social desse território, quanto à mobilização em torno de questões comunitárias. Sua identidade foi construída sob o estigma de “território dormitório”; uma referência, por vezes, pejorativa ao termo cidade-dormitório . Do ponto de vista geográfico, um dos balizadores de categorização dos territórios, reside na relação de proximidade [ou não] do centro comercial do município. Como desdobramento, tudo que não está no centro, passa a ser percebido como irrelevante, periférico (à margem). Numa perspectiva ainda mais perversa, esses territórios são transportados para o lugar da invisibilidade estéril – como se nada de bom pudesse ser concebido fora da lógica mercantilista. Essa visão reducionista, limitou, por décadas, a produção de conhecimento e desenvolvimento das potencialidades dos chamados “territórios periféricos”, a espaços restritos a processos de marginalização e

criminalização da pobreza. Cabe aqui, a ressalva, que os fatores de proteção comunitários, não substituem o papel que as políticas públicas desempenham no desenvolvimento social de um território.

Com 18 anos de atuação no bairro Turmalina, o programa Mediação de Conflitos, “sustenta suas intervenções a partir da concepção sócio histórica do crime e da violência em uma perspectiva sistêmica” (...) “por isso, busca-se agregar valores ao capital social preexistente e promover a cultura de paz, baseada no exercício da cidadania e na garantia dos direitos humanos” (Guia Metodológico do PMC, 2024). Ao longo desse percurso, o programa investiu em várias frentes voltadas para a organização comunitária e desenvolvimento de capital social .

O Turmalina, configura-se como uma das áreas mais vulneráveis do município e a lógica da sobrevivência sempre permeou as relações existentes. Nesse sentido, a trajetória de constituição do bairro, foi marcada pela construção de um capital social voltado para o associativismo, tendo em vista a presença de um “lixão” e posteriormente uma área de Estação de Transbordo, que deram início a duas associações voltadas para a reciclagem

de materiais. O distanciamento da área central, também foi um fator que contribuiu para redução de oportunidades de formação e empregabilidade, e num ambiente de ausências, parte dos moradores, passaram a criar estratégias de acessos e geração de renda dentro do próprio território. É muito comum visualizar várias empreendedoras, de forma autônoma, espalhadas em vários pontos do bairro. Aos domingos esse movimento se intensifica, e as mulheres transformam algumas praças que ficam localizadas na área central do bairro, como espaço de vendas de diversos tipos de produtos, como; brechós, lanches, verduras, refeição, artigos para casa e outros. Contudo, esses movimentos de empreendedorismo feminino, além de não “conversarem” entre si, revelavam a situação de vulnerabilidades enfrentadas por muitas destas mulheres, quando não, atravessadas pela violência e criminalidade.

No ano de 2022, a diretoria do PMC, fomentou a execução do Projeto Institucional “Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária” para o Enfrentamento às Violências e formação de Promotores de Cidadania. No transcorrer do curso, foi desenvolvido com as lideranças do bairro o olhar territorial, voltado a construção de alternativas locais, com base na Organização Comunitária. Através desta leitura crítica analítica, os participantes do curso trouxeram que havia um número significativo de mulheres que empreendiam dentro do território Turmalina, porém não existia uma comunicação entre elas. Nas construções com as lideranças, foi compreendido pela equipe PMC que havia uma rede de mulheres empreendedoras, que poderia ser fomentada e fortalecida, através da união de esforços e interesses comuns. Tudo construído com elas e por elas. Assim, desde a divulgação dos seus produtos, até a captação de clientes esse movimento produziu mais que geração de renda, mas, autonomia financeira, empoderamento, e surgimento de uma economia solidária,

essencial ao fortalecimento e manutenção do capital social. Com todos esses elementos discutidos e analisados em sua totalidade pela equipe PMC e lideranças, o trabalho voltado ao empreendedorismo se constituiriam como instrumento de intervenção ao enfrentamento de todos os tipos de Violência, especialmente às ligadas a questão de gênero - fato recorrente na comunidade. Essa construção coletiva, junto às lideranças, é sustentada no contexto da segurança cidadã.

Assim, surgem os primeiros esboços, do que viria a ser feira de exposições denominada “Empreender com Elas”, tendo como objetivo principal, fomentar a oportunidade e o protagonismo por meio do empreendedorismo, possibilitando a prevenção da violência de gênero. A proposta inicial foi de trabalhar temáticas no ano de 2023, com duração de 1 ano, que ocorriam trimestralmente, desenvolvendo temas do empreendedorismo feminino, comunicação não-violenta (CNV), autoestima, marketing dos produtos, prevenção à violência contra mulher, empoderamento, MEI-Micro Empreendedor Individual e outros.

A mobilização realizada pelas lideranças, equipe PMC e participantes na época foi tão efetiva que vieram empreendedoras de outros bairros para participar. As temáticas construídas junto às lideranças possibilitou ampliar novas habilidades empreendedoras, fortalecendo o diálogo, negócios e gestão, auxiliou as mulheres a adquirirem as competências necessárias para iniciar e administrar seus próprios negócios, o acesso a recursos financeiros, como microcrédito ou programas de financiamento específicos para mulheres empreendedoras, além de fortalecer a segurança cidadã. As reuniões também proporcionaram a construção de uma rede de apoio para as mulheres empreendedoras, proporcionando um espaço seguro para compartilhar experiências, obter orientação e fortalecer sua rede de contatos; e por último, mas não menos importante, o fomento de

parcerias com organizações locais e outras partes interessadas para fortalecer o apoio às mulheres empreendedoras.

O objetivo das temáticas veio para trazer conhecimento e ações de prevenção às violências; com a finalização dos temas, iniciou a fase de operacionalização de todo aprendizado: dar vida às exposições dos produtos. Foi articulado junto com instituições como a Cáritas a liberação de barracas emprestadas e com o Município liberação da rua e limpeza da mesma. Com o protagonismo das mulheres na organização das exposições da feira, acordos e condições foram construídos, para quem fosse expor, como a obrigatoriedade em participar das reuniões. Assim, no mês de março de 2024, em celebração ao mês da mulher, foi a inauguração da primeira feira “Empreender com Elas”. Na exposição haviam brechós, comidas, bebidas, geleias, artigos religiosos e outros. Foi um sucesso e uma novidade para o território Turmalina. As primeiras exposições ocorreram com o suporte da equipe de analistas do PMC e algumas lideranças do curso de Segurança Cidadã e Mediação, demonstrando a efetividade da prevenção às violências através do empreendedorismo feminino.

Em depoimento de uma das integrantes do grupo Empreender com Elas: “Faço parte do grupo de mulheres artesãs, “Empreender com Elas”, com produtos de resina, papelaria e E.V.A. Vejo o grupo como um canal, não só de socialização, mas também um espaço de valorização das artes e habilidades das mulheres do bairro. A feira na praça propicia a participação da comunidade, valorizando mais nossos espaços públicos de forma segura e harmoniosa. Além da visão financeira, a feira também melhora a autoestima das empreendedoras, que se reconhecem como provedoras através de sua arte.” (Magaly Almeida, Empreendedora).

Desse modo, percebe-se que o grupo neste ano de 2025, teve novos desafios que perpassam a possibilidade de regularização da

feira “Empreender com Elas” e a aquisição das barracas. As exposições das feiras se tornaram evidentes no bairro Turmalina e a comunidade se refere ao grupo destas mulheres empreendedoras trazendo reconhecimento, dando visibilidade para o território.

Em suma, fica perceptível ao Programa Mediação de Conflitos a relevância de fomentar e trabalhar com famílias e principalmente com mulheres, uma vez que essas são colocadas muitas vezes como uma responsável familiar. Trabalhar esse público é também uma forma de produzir segurança pública por intermédio de prevenção social à criminalidade pois, uma vez que uma mulher consegue romper com o ciclo da violência e das diversas vulnerabilidades, todos aqueles que vierem a partir dela terão a perspectiva de vida completamente mudada, podendo assim trilhar um caminho diferente daquele trilhado por essa mulher, propiciando assim uma vida com menos potencial de ser atravessada pelas violências e criminalidades na comunidade onde está inserida.



"EU NÃO SEI VIVER NA SOLIDÃO":



Relato de experiência e análise de impacto das oficinas do PMC Vila Pinho

Entrevista com Geni das Graças, 62 anos, moradora da Vila Santa Rita (microterritório da Vila Pinho) e participante das oficinas de dança e canto.

Introdução

O presente relato de experiência analisa o direito à cidade como estratégia de prevenção às violências, tomando como referência as ações do Programa Mediação de Conflitos (PMC) Vila Pinho, especialmente no contexto dos projetos de oficina. Em 2024, a equipe de analistas sociais identificou a necessidade de fomentar o acesso ao espaço urbano como resposta às dinâmicas de violência e ao enfraquecimento do senso de pertencimento local, agravado pela expansão do tráfico e pela fragilização das redes comunitárias.

A participação das mulheres nas ações promovidas pelo PMC se destacou pela adesão integralmente feminina, evidenciando como a responsabilidade pelo cuidado e pela mobilização comunitária recai desproporcionalmente sobre elas. A partir de uma perspectiva interseccional, observa-se que múltiplos marcadores sociais – como raça, gênero e classe – restringem o acesso

das mulheres à cidade, tornando essencial uma abordagem que considere essas desigualdades estruturais.

Os projetos de oficina do PMC foram implementados na Vila Pinho como estratégia de fortalecimento das redes comunitárias e de ampliação do acesso à cidade. Desde 2022, essas oficinas vêm se consolidando, sendo que, em 2023, foi implantada uma oficina de dança no CRAS Petrópolis, seguida pela oficina de canto, em 2024, no Centro Cultural Vila Santa Rita.

No segundo semestre de 2024, uma enquête aplicada às participantes das oficinas revelou impactos significativos: 09 das 16 entrevistadas relataram aumento da vitalidade e da autoconfiança, sendo que 07 observaram melhora em quadros depressivos. Os dados reforçam a importância das oficinas como espaços de acolhimento e fortalecimento de redes de apoio. Além disso, todas as participantes expressaram o desejo de ampliar



a circulação pela cidade, acessando espaços de lazer e cultura tradicionalmente elitizados. Diante disso, a equipe estruturou projetos para ocupar tais locais e ressignificá-los, desafiando barreiras de exclusão e promovendo apropriação periférica do espaço urbano.

Três eixos sustentam essas intervenções: a escuta ativa das participantes, garantindo que as ações respondam às suas demandas; a valorização do protagonismo feminino, fortalecendo a autonomia das mulheres na cidade; e a metodologia do PMC, baseada na mediação comunitária e na construção de vínculos socioafetivos. Além disso, as participantes manifestaram interesse em discutir a violência de gênero e a acessibilidade de pessoas com deficiência (PCD), aspectos incorporados às novas ações do programa.

Assim, as iniciativas do PMC Vila Pinho demonstram que a ocupação do espaço urbano pelas mulheres não é apenas um direito, mas um elemento central na construção de territórios mais seguros e inclusivos. Ao ampliar a participação feminina na vida urbana, fortalece-se o tecido comunitário e potencializa-se a prevenção às violências, promovendo uma cidadania ativa e emancipada.

Relato de experiência em entrevista

Quais são os impactos da participação nas oficinas para a sua vida?

Foi muito importante a minha participação, tanto psicologicamente como fisicamente. Foi muito bom, porque eu nunca vi uma equipe

tão acolhedora como essa. Me sinto muito acolhida. É muito importante estar ali, nem é tanto a dança em si [*se referindo à oficina de dança*], mas a convivência. Eu amo isso, sabe? Conviver com pessoas, eu não sei viver na solidão. Eu tenho que estar com pessoas. Então, esse grupo de canto e de dança, que é só mulheres é muito importante, eu me sinto importante participando desse grupo.

As participantes das oficinas são mulheres de diferentes faixas etárias e realidades sociais. Como é para você participar de um espaço com tanta diversidade?

Elas me deixam muito à vontade. Me sinto igual a elas. Ela [*aicineira*], nos acolhe bastante. Se a gente some, ela procura saber. Eu sou bem acolhida dentro desse grupo. Eu quero agradecer às aicineiras. A Stella, que é da dança, e a Patrícia, que é do canto, são as meninas que acolhem a gente muito bem. Respeitam a gente, são tão mais novas, né? Mas, mesmo assim, têm o maior carinho e o maior respeito pela gente

De que modo as oficinas impactaram nas suas relações pessoais?

Eu tinha um marido que não era muito legal. Então, eu era com a autoestima muito baixa. Hoje, através da dança eu consigo ir duas vezes lá no centro cultural e voltar a pé, coisa que eu não conseguia fazer. Eu também faço oficina de canto, me ajudou demais. Eu gosto muito de interagir com elas (demais participantes).

Na aula de canto eu sou uma das mais velhas, mas eu me sinto uma criança perto delas. Eu me sinto muito importante quando as menina do canto ou da dança fala que espelha em mim. Eu falo assim, nossa que bom, né? Então eu sou alguém, né?

Em 2024, as participantes das oficinas realizaram apresentações em espaços da rede. Como foi para você ocupar lugares para além das oficinas?

Nossa, eu não consigo nem explicar! Quando terminou, eu chorei. Eu fiquei tão feliz. Como alguém que não estava nem caminhando, de repente estar ali aproveitando, eu me senti muito importante, sabe? Eu estava assim: é aqui que eu quero ficar!

O PMC nem sempre possibilitou a implementação de oficinas. Na sua opinião, qual a importância desse projeto de atendimento em oficinas?

Eu escuto que elas [as demais participantes das oficinas] gostam muito. Elas não gostam de faltar e só faltam mesmo quando precisa. Mas elas sentem falta, então quer dizer que está sendo importante para a saúde delas. Muitas que chegaram na dança não estavam com muita firmeza na perna, por exemplo. Hoje não, hoje elas dançam, gostam de vir. Se tem uma apresentação, então... elas ficam toda entusiasmadas. Quer dizer, tá fazendo bem né?

Conclusão

A experiência das mulheres nas oficinas do PMC Vila Pinho evidencia o direito à cidade como estratégia de equidade e prevenção das violências, especialmente sob uma perspectiva interseccional. As oficinas de dança e canto vão além da prática artística, fortalecendo redes de apoio, promovendo autoestima e incentivando o protagonismo feminino na ocupação dos espaços urbanos.

Ao possibilitar a circulação em locais historicamente inacessíveis ou elitizados, o programa desafia relações de poder e ressignifica o pertencimento, ampliando o acesso à cidade. A escuta ativa das participantes e a valorização de suas demandas – incluindo a abordagem da violência de gênero e da acessibilidade – consolidam as oficinas como instrumentos de transformação social.

Dessa forma, as intervenções do PMC não apenas impactam individualmente as mulheres envolvidas, mas também contribuem para a construção de comunidades mais justas, resilientes e colaborativas, fortalecendo o capital social e promovendo uma cidadania ativa.



Anelise Lenoir
Analista Social no PMC Vila Pinho

Bruna Vilasboas
Analista Social no PMC Vila Pinho

Rafaela Zeferino
Analista Social no PMC Vila Pinho

O PODER DE TESTEMUNHAR UMA HISTÓRIA

Ao longo de nossa prática de atendimentos a casos complexos de violência no Programa Mediação de Conflitos, a partir da escuta ativa de relatos, por vezes, atravessados por múltiplas vulnerabilidades e por contextos de violações indizíveis para a atendida, a criação de alternativas, junto a este sujeito, passa pelo remonte da história vivenciada.

As narrativas que emergem nestes contextos implicam numa relação dinâmica, na qual, ao passo que produzimos reflexões e nos propomos a testemunhar a construção de uma história, o sujeito, ao dizer o insuportável e encontrar no vínculo e abertura das profissionais um espaço acolhedor, consegue rememorar de tal forma que o permite reconstruir o acontecimento e suas reverberações no presente.

Diante da potência desses encontros, em que se conta com a bagagem da falante e da ouvinte, nos colocamos enquanto testemunhas ativas, entendendo que as intervenções da equipe favorecem a produção subjetiva de novas narrativas a medida que o relato também retorna sobre nós, como ouvintes, permeando a significação de nossas próprias histórias.

Nos percebemos, ao acessar os espaços sensíveis das atendidas, atravessadas pela desigualdade de gênero, pela violação do corpo feminino e sua autorização pelo meio social, pela invisibilização do trabalho de cuidado, desqualificação de narrativas femininas e reforço a estereótipos de gênero, ainda que de posições diferentes.

Ao mesmo tempo que tais semelhanças contribuem com a formação de um laço entre as profissionais e essas mulheres, torna nossa atuação desafiadora, de modo que, testemunhar esses relatos, requer da equipe, não só competência técnica, sensibilidade no manejo e repertório sociocultural. Se da atendida é preciso coragem para dar-se a ver, das profissionais, é preciso coragem para entrar em contato com dores que retornam sobre si mesmas.

Nesse lugar em que se testemunha o protagonismo de uma mulher, por meio da escuta, da produção de um vínculo de confiança, da troca e da presença, notamos que é contando ou recontando sua história, que se pode transformar o que foi e o que é. Nas palavras de Jeanne Marie Gangnebin:

“somente essa tomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.”

Anna Clara da Silva Marques
Analista Social no PMC Morumbi

Karla Silva Souza
Analista Social no PMC Morumbi

Laís Castro Nogueira
Analista Social no PMC Morumbi





É NA BASE: DIÁLOGOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA POLÍTICA

Aconteceu, no dia 12/03/25, a execução do Projeto É na Base, na escola Ana Guedes, em Nova Contagem, tendo a “Violência de Gênero na política”, como tema trabalhado. Os próprios integrantes do Grêmio Estudantil escolheram o tema, durante reuniões de estruturação da proposta, onde problematizaram uma necessidade de dialogar sobre os desafios que as mulheres enfrentam para ocupar espaços de discussão e expor suas ideias, em defesa do coletivo. Os alunos justificaram ainda debater o tema, considerando o cenário político do Brasil, com indicadores de representatividades de mulheres tão reduzidas, que não dialoga com os 52,6 % de eleitoras, segundo dados do STE. A título de exemplo dialogou-se sobre o próprio município de Contagem que em 2025 elegeu 19 vereadores e apenas 06 vereadoras. O Grêmio problematiza que para renovar a política, é preciso repensar e abrir caminhos para as mulheres, que são vítimas de violência

de gênero na política. Para a ação, utilizou-se da ferramenta do “Teatro do Oprimido”, com uma encenação, tendo os próprios alunos atuando em situações desconfortantes, com proposta de debate, caminhando para proposta de acesso a direitos. A equipe avalia o quanto importante foi construir com o grêmio da escola, o que garantiu uma boa interatividade dos alunos. Importante ressaltar ainda que o grêmio indicou as 03 turmas do 1º ano, por considerar uma turma recém chegada do fundamental 2 e que estão uma posição de transição, com enfrentamento de novos desafios da vida escolar.

Beatriz Carolina Barbosa Duarte
Analista Social no PMC Nova Contagem

Kevelin Cristina Ribeiro da S. Costa
Analista Social no PMC Nova Contagem

Luximar Araújo de Freitas
Analista Social no PMC Nova Contagem

ONDE SE VAI, SE VIVE. ONDE SE VIVE, SE TRANSFORMA:



do Paquetá
ao Cruzeiro,
a voz do
Citrolândia
se forma!

Introdução

Este artigo apresenta parte do trabalho da equipe do Programa Mediação de Conflitos (PMC), da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Citrolândia-Betim. Em abril de 2024, durante um período de transição, a equipe decidiu se reaproximar das referências comunitárias e fazer um resgate histórico desse território. Com isso, os analistas intensificaram sua presença nas ruas e, em parceria com a comunidade, criaram o projeto “Do Paquetá ao Cruzeiro: construindo a voz do Citrolândia na prevenção à violência contra a mulher”, como parte das ações do Agosto Lilás. A iniciativa evidenciou o potencial da escuta comunitária como ferramenta de prevenção à violência, além de reforçar vínculos e promover processos de transformação social baseados no reconhecimento e na valorização das histórias locais.

Referências comunitárias e vínculos

As referências comunitárias desempenham um papel crucial no sucesso do Programa Mediação de Conflitos (PMC), uma vez que são elas as responsáveis por representar os interesses da comunidade, articular ações, identificar desafios e mobilizar as pessoas para as ações do programa. Essas lideranças, enraizadas no território, são os primeiros contatos e garantem que as ações do PMC atendam verdadeiramente às necessidades da comunidade. O vínculo entre as equipes do PMC e essas referências, portanto, não é apenas desejável, mas essencial para a continuidade e efetividade do trabalho desenvolvido.

Estar em contato constante com essas lideranças e cultivar vínculos profundos é, na prática, uma tarefa que exige atenção constante e um trabalho cuidadoso. Isso se deve ao fato de que as equipes do PMC frequentemente passam por mudanças, e cada vez que um novo analista chega ao território, o

processo de vinculação precisa ser reiniciado. Para o analista, a referência é uma pessoa nova, mas para as lideranças comunitárias, são 15 anos de atuação do programa no território. Esse contraste entre o tempo e a experiência acumulados pelas lideranças e a constante renovação das equipes pode gerar um sentimento de frustração, que, ao longo do tempo, pode levar ao distanciamento das referências em relação ao programa. Esse fenômeno exige uma reflexão sobre a natureza do vínculo: ele precisa ser construído não com a pessoa do analista, mas com o próprio Programa. Caso contrário, o trabalho realizado ao longo dos anos pode ser enfraquecido.

Cientes desses desafios, a equipe do PMC tomou a iniciativa de resgatar os vínculos

impressionada com a participação das jovens. Infelizmente, temos vários casos no bairro, mas muitas mulheres ainda têm medo de denunciar, pois sabem que acabam se expondo. Por isso, acredito que deveríamos promover mais rodas de conversa sobre esse tema, além de outros assuntos ligados às mulheres, aos jovens e às crianças” (Nilce Gonçalves, 63 anos).

Sua fala revela, além do vínculo construído, um sentimento de pertencimento e de missão compartilhada, essencial para fortalecer os laços entre as lideranças e o Programa.

Entretanto, a construção do vínculo não se limita às referências mais antigas. O PMC também se empenhou em identificar e integrar novas lideranças ao processo. A



enfraquecidos, especialmente com as referências mais antigas do território, através de encontros que permitiram tanto uma escuta ativa das histórias da comunidade quanto um aprofundamento no entendimento das dinâmicas locais.

Um exemplo disso é o depoimento de Nilce, que há 14 anos é parceira do Programa:

“Em 15 anos de atuação na Mediação no Citrolândia, minha parceria como liderança comunitária já dura cerca de 14 anos. Considero essa parceria de grande importância, pois nos permite ajudar quem está mais próximo de nós — muitas vezes, pessoas que nem sabem da existência do programa, mesmo estando tão perto. A roda de conversa sobre violência contra as mulheres foi muito significativa, e fiquei

busca por essas novas referências envolveu um trabalho intensivo de circulação nas ruas e visitas a espaços estratégicos. Entre essas novas referências, destaca-se Maria Amália que após experiência no sistema penitenciário teve a oportunidade de ser oficinaira do PMC:

“Conheci o Programa Mediação de Conflitos no início de 2024, em um momento de muita fragilidade. Fui contemplada com a oportunidade de ser oficinaira — uma mediadora, pode-se dizer — e trabalhar com a comunidade. Isso foi essencial para que eu voltasse a me sentir útil e valorizada. O Programa me acolheu de forma tão intensa que me senti parte de algo maior, realizado no território. Foi uma experiência única. Voltei a gerar renda e, mais do que isso, a ensinar o crochê — ofício que amo e que, curiosamente,

conheci em um contexto que muito me oprimia. Hoje reconheço a importância desse Programa e da oficina que desenvolvi para minha retomada como mulher criativa e produtiva. Agradeço imensamente à equipe e me coloco à disposição para recebê-los na minha instituição e seguirmos trabalhando juntos pelo território.”

Seu relato destaca a importância do protagonismo comunitário, promovendo a autoconfiança desses atores, que se fortalecem individualmente para então atuarem de maneira potente no território onde vivem.

O Projeto

Em alusão ao Agosto Lilás, mês dedicado à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher, a equipe do Programa Mediação de Conflitos (PMC), em parceria com lideranças comunitárias, desenvolveu o projeto “Do Paquetá ao Cruzeiro: construindo a voz do Citrolândia na prevenção à violência contra a mulher”. A iniciativa teve como objetivo central promover espaços de escuta e troca entre mulheres de diferentes bairros do território da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) de Citrolândia, que abrange 17 micro territórios com características e vulnerabilidades distintas.

Para o desenvolvimento do projeto, a equipe adotou como estratégia o fortalecimento do vínculo estabelecido com as referências comunitárias. A partir dessa aproximação, foram firmadas parcerias que possibilitaram a mobilização e a articulação dos espaços necessários para a realização das rodas de conversa. Além disso, promoveram-se circulações estratégicas pelo território, com ações como diálogos e distribuição de panfletos, visando ampliar o engajamento da comunidade e garantir a adesão às atividades propostas.

Logo no primeiro encontro, a expressiva presença de 39 mulheres evidenciou o interesse e a urgência do tema. O espaço de fala revelou histórias marcadas por dor,

resistência e superação. Entre os relatos compartilhados, um em especial comoveu profundamente o grupo: o de uma catadora de materiais recicláveis e liderança comunitária, que contou sua trajetória de sobrevivência após uma tentativa de feminicídio. Sua coragem ao expor cicatrizes físicas e emocionais tornou-se um símbolo de resistência, fortalecendo o senso de coletividade e contribuindo para a criação de um ambiente de confiança entre as participantes.

A equipe, inicialmente munida de um protocolo estruturado, optou por flexibilizar a metodologia diante da riqueza e profundidade dos relatos. Essa escolha metodológica reforça a importância de espaços dialógicos que respeitem o tempo e a complexidade das histórias de vida das mulheres. A escuta ativa e empática se mostrou uma ferramenta potente de prevenção, ao proporcionar reconhecimento e legitimação das experiências.

No segundo encontro, com 16 participantes, destacou-se a intergeracionalidade do grupo, com adolescentes de 15 a 18 anos participando ativamente das discussões. A maturidade com que essas jovens abordaram suas experiências – pessoais ou familiares – com a violência de gênero chamou atenção e provocou reflexões sobre a reprodução de ciclos de violência desde a juventude. Um dos depoimentos revelou a experiência de uma mulher que foi forçada a engravidar por seu ex-companheiro, evidenciando como a violência de gênero atua sobre os corpos e desejos das mulheres, frequentemente marcada por expectativas patriarcais de maternidade e subordinação.

A ausência do público mobilizado para o terceiro encontro, previsto na Associação de Moradores da Colônia Santa Izabel, revelou os limites e desafios da articulação comunitária em territórios mais desmobilizados ou fragilizados. Apesar da frustração, a equipe transformou a situação em uma oportunidade para reflexões sobre as estratégias de mobilização local. Essa experiência reforça a

necessidade de uma escuta prévia e contínua sobre as especificidades de cada comunidade, bem como da construção de parcerias mais consistentes com lideranças locais.

O encerramento do projeto ocorreu com um café da manhã na sede da UPC, reunindo participantes dos encontros anteriores. Destaca-se aqui a articulação com o comércio local, cuja colaboração, por meio de doações, foi fundamental para a organização desse café da manhã. Este momento foi pensado como uma devolutiva e também como um espaço simbólico de fortalecimento dos vínculos entre a equipe técnica e as mulheres do território. Ao compartilhar também suas histórias, os analistas do PMC romperam a lógica unilateral da assistência, apostando em uma construção horizontal de confiança e afeto.

Conclusão

O projeto “Do Paquetá ao Cruzeiro: construindo a voz do Citrolândia na prevenção à violência contra a mulher” evidencia a força transformadora do vínculo comunitário como ferramenta estratégica na prevenção da violência. A atuação do Programa Mediação de Conflitos (PMC), ao priorizar a escuta ativa, o reconhecimento das lideranças locais e a valorização das narrativas do território, revelou não apenas a potência da mobilização social, mas também os desafios de continuidade institucional em contextos marcados por vulnerabilidades. Ao construir espaços de fala entre mulheres de diferentes gerações e territórios, o PMC não apenas promoveu acolhimento e escuta, mas também inaugurou caminhos para a construção de redes de apoio, empoderamento e pertencimento, essenciais para o enfrentamento das múltiplas formas de violência.



Gabriel Vitorino Rocha
Analista Social no PMC Citrolândia

Indianara Tamires Almeida Ramos Porto
Analista Social no PMC Citrolândia

Thalita Cristina Cunha de Lima
Analista Social no PMC Citrolândia

DESTRINCHANDO O PROJETO "ENCENA":



a vila e
as suas
vivências
– com o
convite a
pensarmos
as resoluções
pacíficas de
conflitos no
território

O território da UPC Ressaca, implantada em 2013 e seguindo para o seu 12º ano de atuação, é cercado de potencialidades que têm sido observadas e trabalhadas pelas equipes ao longo de mais de uma década, por meio de estratégias de mediação comunitária; fomento a grupos e organizações locais que integram redes mistas e contribuem para ricas discussões sobre fenômenos relacionados à violência, criminalidade e à vulnerabilização que ainda impacta o território. Esses fatores refletem um exercício contínuo de fortalecimento do capital social local.

Apesar da atuação consistente a partir das potencialidades locais, permanece o desafio relacionado às ferramentas utilizadas para resolução de conflitos. O histórico do território inclui práticas informais e violentas de “justiçamento”, conhecidas localmente como “pau no gato”, uma resposta não institucionalizada a determinados comportamentos considerados inaceitáveis

segundo dinâmicas locais. Trata-se de uma prática que, embora persistente, precisa ser problematizada à luz dos direitos humanos, da ética comunitária e da proteção dos mais vulneráveis.

Observa-se que essa prática tem impactos negativos relevantes na vida do território, afetando inclusive pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas que enfrentam adoecimento mental, e perpetuando formas de “resolução de conflitos” pautadas na violência extrema. É fundamental destacar que tais manifestações de violência não devem ser naturalizadas, e sim questionadas e enfrentadas coletivamente, com vistas à construção de uma cultura de paz. Entendemos que nem sempre essas violências são facilmente verbalizadas, sendo por vezes expressas apenas no lugar da queixa.

Neste sentido, a equipe desenvolveu uma intervenção que buscou dialogar com a comunidade e encontrar estratégias que

fossem bem acolhidas localmente. Por meio de uma parceria com a Cia. de Teatro Zap 18, foi realizada a peça “Papai Noel Ladrão”, cujo roteiro girava em torno de dois personagens centrais: um Papai Noel e uma vendedora, que o acusava de ter roubado sua mercadoria.

A peça foi desenvolvida com base na metodologia do “Teatro do Oprimido”, permitindo que o público assumisse um papel ativo e reflexivo diante da ação dramática. A encenação propunha o questionamento: será que o Papai Noel roubou os brinquedos para distribuí-los às crianças? Qual seria a melhor forma de agir diante de tal acusação?

Durante a apresentação, algumas respostas baseadas em soluções violentas surgiram espontaneamente do público, evidenciando aspectos culturais e históricos da comunidade. No entanto, o formato da intervenção permitiu que os espectadores se reconhecessem nas situações encenadas, favorecendo um processo de reflexão crítica sobre seus próprios comportamentos e padrões de reação. Essa experiência gerou impactos significativos, abrindo espaço para a desnaturalização de práticas violentas e para o fortalecimento de abordagens pautadas no diálogo e na mediação.

A partir das análises realizadas, observa-se que há uma recorrência de práticas informais e violentas na resolução de conflitos no território, o que aponta para a urgência de estratégias que promovam alternativas viáveis e seguras. A experiência da intervenção teatral evidenciou a importância de ampliar o repertório coletivo para lidar com os conflitos, reforçando a necessidade de articulação entre o Programa e a comunidade na promoção de uma cultura de paz.

Embora os resultados obtidos com o projeto não tenham eliminado totalmente a prática do “pau no gato”, a equipe considera que houve avanços no sentido da redução de danos e na construção de um ambiente mais propício

ao diálogo. Um dos indicativos positivos foi o aumento da procura pelo Programa por parte dos moradores após a intervenção, o que reforça a importância dos vínculos, da escuta qualificada e das mediações construídas coletivamente. Mesmo quando não é possível atender diretamente todas as demandas, a articulação com parceiros locais amplia a rede de apoio e fortalece a atuação conjunta.

Antes da realização do projeto, havia um distanciamento significativo entre a comunidade e o Programa, dificultando os processos de mobilização. No entanto, com a intervenção, observou-se uma reaproximação por parte dos moradores, especialmente no que se refere à busca de apoio em situações de conflito comunitário.

Concluindo, destaca-se que o projeto contribuiu para reacender parcerias importantes no território, fortalecendo a rede mista e ampliando o alcance das metodologias de mediação. Mais do que fomentar a participação social nas Vilas Pérola e União, a intervenção incentivou a comunidade a provocar o Programa com suas demandas, reconhecendo-o como parceiro e também como protagonista temático na construção de estratégias de enfrentamento às violências locais.

Luíza Cerbino Ferreira

Estagiária no PMC Ressaca

Mateus Ferreira de Almeida

Gestor Social das UPCs no Ressaca e Estrela D’Alva

Marina Nobel Pinheiro Maia

Analista Social no PMC Ressaca

Thays Gonçalves de Matos

Analista Social no PMC Ressaca

CONSTRUINDO PONTES, DERRUBANDO MUROS:



A experiência
da implantação
do PMC no
Estrela D'Alva
e trilhas para
uma segurança
pública cidadã

Lucas Germano

Analista Social no PMC Estrela D'Alva

Tatiane Bortolini Sguizzato

Analista Social no PMC Estrela D'Alva

O presente relato descreve a experiência de implantação de uma Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) na região do Estrela D'Alva, em Contagem/MG, e destaca as reflexões e leituras iniciais sob recorte do Programa Mediação de Conflitos (PMC). Nesse contexto, busca-se evidenciar como a equipe tem construído estratégias para interpretar a dinâmica territorial, enfrentar desafios e identificar potencialidades, além de apresentar os esforços realizados para consolidar diálogos e fortalecer redes comunitárias. Para tanto, pretendeu-se compreender a complexidade social do território por meio da articulação com lideranças locais e da realização de pesquisa social (tanto exploratória, quanto diagnóstica) e incentivar práticas de segurança pública voltadas para a participação cidadã.

A chegada ao território ocorreu em julho de 2024 e, antes mesmo da formação completa, a presença da gestão social foi essencial para

viabilizar os primeiros diálogos com a rede local e suas principais lideranças comunitárias. Esse trabalho inicial pavimentou o caminho para a atuação da equipe no PMC, que se consolidou em outubro do mesmo ano com a chegada dos analistas sociais. A partir de então, a equipe iniciou o trabalho de reconhecimento dos bairros que compõem a área de abrangência, a saber: os bairros Confisco (Contagem), Estrela D'Alva, Recanto da Pampulha, São Mateus, Tijuca, Vila Francisco Mariano, e três microterritórios: Sapolândia (no São Mateus), Morro dos Cabritos (dividido entre Confisco e Estrela D'Alva), e Beco do Zé do Porco (Tijuca).

Inicialmente, para compreender melhor a realidade local, a equipe lançou mão de pesquisas em mídias e estabeleceu diálogo com diversos atores da comunidade. A pesquisa exploratória, rápida e de caráter crítico, evitou a reprodução de uma única narrativa, uma vez que a cobertura midiática



costuma generalizar e estigmatizar a região, limitando-a à criminalidade e ao tráfico de drogas: desse modo, a equipe buscou rejeitar a narrativa de que, no território, tudo se resume à criminalidade e que todos são envolvidos ou cúmplices nas múltiplas violências presentes neste contexto social.

Para além da pesquisa exploratória, a equipe também trabalhou na construção do Diagnóstico de Implantação da UPC Estrela D'Alva entre Outubro/24 e Fevereiro/25. Nesse período, foram reunidas informações sobre a história local, mapeadas lideranças comunitárias e ampliadas as leituras sobre a dinâmica social. Diante disso, a equipe precisou criar estratégias para se vincular à população, como a circulação constante (com uma referência comunitária), distribuição de materiais informativos do PMC, uso de camisa de identificação, parcerias com equipamentos já existentes e o apoio de referências comunitárias que apresentavam o Programa aos demais moradores, transferindo seu vínculo de confiança.

Nesse momento inicial, os primeiros relatos do território foram escutados através de articulações com equipamentos da rede, principalmente da assistência social e do terceiro setor, que compartilharam suas experiências na região. Posteriormente, essas instituições indicaram moradores que protagonizaram a trajetória do território e ainda são reconhecidos como lideranças comunitárias. O contato com esses moradores, aliados a outros agentes sociais, possibilitou um entendimento mais aprofundado da



dinâmica comunitária, permitindo visualizar caminhos para articulações e melhorias coletivas. É importante mencionar que a chegada da equipe ao território coincidiu com o período eleitoral, trazendo desafios adicionais ao processo de implantação. Muitas lideranças comunitárias estavam diretamente envolvidas na campanha de seus candidatos, o que gerou desconfiança inicial sobre a atuação do PMC no território. Assim, à medida que os diálogos avançaram e com respaldo na Lei Estadual 23.450/2019, foi possível reafirmar o caráter de política pública estadual do Programa, desvinculado de partidos, voltado ao fortalecimento de vínculos comunitários e à prevenção social da criminalidade, com foco na redução de vulnerabilidades e no estímulo a potencialidades locais.

Superado o período eleitoral, novos desafios surgiram, como a disputa de narrativas entre referências comunitárias e a tendência à atuação individualizada. Essa fragmentação na área de abrangência, embora seja comum a outros territórios, demonstrou-se ainda mais acentuada, já que não há nenhuma associação de moradores que articule demandas coletivas. Como consequência, as reivindicações por melhorias permanecem isoladas dentro de cada bairro ou vila e as distintas referências comunitárias não dialogam entre si ou, em alguns casos, não se conhecem, dificultando a mobilização coletiva e o fortalecimento das redes comunitárias. Desse modo, embora o capital social de cada território esteja presente, ele não rompe com as divisões territoriais. Nesse processo, surgiu uma demanda inesperada: os moradores solicitaram que o Programa se apresentasse aos chamados “meninos do movimento”, atuantes no comércio ilegal de drogas. Evidenciando o impacto do trabalho desenvolvido, esses grupos acompanhavam a atuação do PMC por

violências que se manifestam no cotidiano social. Desde os primeiros contatos com moradores, lideranças e representantes das instituições locais, emergiram relatos que expõem experiências históricas de violações de direitos, episódios recorrentes de conflitos e violências (incluindo policial e institucional) e situações de justiça popular que seguem moldando a forma como parte da população desenvolve respostas e lida com fenômenos que dizem sobre conflitos, medos e estratégias de proteção. Essa pluralidade de narrativas evidencia que as violências assumem contornos distintos em cada bairro: ela varia conforme as redes existentes, o grau de presença ou ausência do Estado e a força de articulação comunitária.

Além disso, compreender as diferentes relações de cada território com o policiamento ostensivo foi fundamental para que o trabalho do Programa fosse formulado de forma distinta, evitando que a desconfiança sobre as forças policiais também contaminasse a atuação do PMC. Diante desse cenário complexo, no



meio de relatos da comunidade embora ainda não compreendessem integralmente o papel do PMC naquele local.

Outro aspecto que se destaca, e que reforça a complexidade do trabalho desenvolvido, é o modo como a equipe se debruçou sobre a multiplicidade de relações entre violências, segurança pública e comunidade nos territórios da área de abrangência, construindo aos poucos uma leitura mais abrangente e fundamentada sobre as diversas formas de

qual a segurança pública é impactada por múltiplos fatores, a equipe buscou apresentar uma nova política pública para a comunidade, promovendo tanto o reconhecimento das fragilidades quanto das potencialidades locais. Portanto, tornou-se indispensável que o trabalho se mantivesse atento a escutar versões diversas, cruzar informações, identificar contradições e mapear dinâmicas que, muitas vezes, não estão em registros oficiais, mas são centrais para compreender o



cotidiano local.

Nesse sentido, o processo de circulação permanente da equipe, a construção de vínculos de confiança e o aprofundamento da escuta qualificada foram etapas fundamentais para reunir informações que alimentam análises mais consistentes e fornecem estratégias de prevenção social e mediação comunitária. Ao reconhecer que não há respostas simples ou prontas, a equipe possibilitou ao PMC reafirmar a importância e adaptar suas ações a realidades diversas, respeitando singularidades e potencializando as forças vivas de cada território: a priorização da mediação comunitária, da escuta ativa e o diálogo social são pilares de uma segurança pública cidadã que é capaz de oferecer alternativas concretas a um modelo de violências históricas que se impõem às comunidades da área de abrangência.

Nesse percurso, foi possível perceber o quanto a comunidade demonstra força para se mobilizar coletivamente, articular soluções criativas e sustentar redes de apoio que, muitas vezes, surgem como resposta direta às lacunas deixadas por políticas públicas insuficientes ou inexistentes. Essa capacidade de organização se mantém viva graças ao compromisso de moradores mais antigos, que preservam laços de solidariedade construídos ao longo de décadas, e também ao engajamento de

gerações mais jovens, que renovam práticas comunitárias e criam novas formas de participação. Mesmo diante de restrições de acesso a serviços e espaços formais, surgem iniciativas locais que se organizam para fortalecer vínculos de cuidado, promoção da convivência e articulação comunitária, embora ainda enfrentem a fragmentação territorial. Tais experiências revelam a potência de coletivos e grupos informais que, com recursos próprios ou parcerias diversas, buscam garantir direitos básicos, estimular pertencimento e manter vivas tradições culturais, recreativas e educativas. Nesse sentido, o atual cenário de fragmentação reforça a urgência de criar e integrar espaços de diálogo, planejamento conjunto e acompanhamento constante dos fenômenos comunitários. Essa experiência tem sido fundamental tanto para orientar as ações do PMC no momento de implantação desde a fase de pesquisa exploratória, quanto para definição das possibilidades de atuação no território quando findado o período de implantação – especialmente naquilo que tange o planejamento das atividades da equipe para o ano de 2025.

Ainda cabe mencionar que a robustez das leituras e seus avanços estão condicionadas à presença do Programa neste território. Em outras palavras, permanece a constante necessidade de análise e leitura desses fenômenos na medida em que o Programa inicia suas atividades, principalmente naquilo que tange a mediação comunitária, leitura quantitativa e qualitativa de conflitos e garantia de direitos. Dessa forma, os desafios permanecem significativos, especialmente no que diz respeito à potencialização da superação das diversas formas de violência presentes no território e ao fortalecimento das redes de proteção social. Esses desafios se correlacionam com as possibilidades de atuação metodológica e institucional do PMC e perpassam cada território, inicialmente de maneira separada, mas que, com o avançar do

trabalho, possibilitam reconhecer a potência de uma organização comunitária e coletiva que vai além dos limites territoriais.

Em síntese, a experiência de implantação do Programa Mediação de Conflitos no Estrela D'Alva reafirma que compreender a realidade local em sua complexidade, fortalecer vínculo comunitários e construir redes de diálogo são passos essenciais para enfrentar desafios históricos de forma coletiva.

O conhecimento adquirido no Diagnóstico de Implantação permitiu que a equipe desenvolvesse uma leitura mais ampla das potencialidades do território, muitas vezes reduzido apenas às suas fragilidades. As lições aprendidas mostram que, mesmo diante de limites estruturais e contextos de vulnerabilidade, existem forças vivas no território capazes de sustentar novas formas de organização e cuidado mútuo. Assim, ao seguir investindo em mediação comunitária, escuta qualificada e participação social, o Programa demonstra que é possível ampliar caminhos para uma segurança pública cidadã mais próxima das necessidades reais da população, apontando para soluções que valorizem a vida e o cotidiano social e reforcem a potência transformadora da ação comunitária.



Maria Salete de Castro
Referência comunitária
Moradora do bairro Sevilha B

RETRATO DE UMA MULHER FELIZ

Quero em poucas palavras,
Dizer para todas as mulheres
Não sejam burras de carga.
Não sejam o que muitos querem.

Somos mulheres, não fantoches
Nas mãos de gente mesquinhas.
Não somos só mulheres,
Na verdade somos Rainhas.

Temos muitos valores
e grandes sabedorias
Se nos dão algumas chances,
Podemos mostrar nossa força
E sermos de grande valia.

É preciso respeitar a todas as
Mulheres do mundo
Deixem elas mostrarem
Seus valores mais profundos.

As mulheres muitas vezes são
desencorajadas
Pois pretendem quase sempre
desfazer suas jornadas,
Quando tentam ir em frente
São desclassificadas.

É tempo de mudança,
Vamos mostrar nossa força.
Sejamos mulheres sem medos

E que o mundo nos ouça.
Violência nunca mais
Queremos mesmo é ter paz.
Viver tranquila e feliz
Vida repleta de sonhos e alegrias
Vendo raiar um novo dia.

Merecemos ser muito amadas
Precisamos ser respeitadas
Para seguir nossa estrada
Sem sermos maltratadas.
Violência nunca mais...

**Uma palavra para todas
as mulheres: "Conscientização"**



SEGURANÇA CIDADÃ EM FOCO

Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências

Em 2022, o Programa Mediação de Conflitos promoveu o **Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências**, destinado a pessoas reconhecidas no território como potenciais referências comunitárias, com papel estratégico na mobilização e no fortalecimento das redes locais.

O curso estimulou e ampliou o debate sobre segurança pública e prevenção das violências, reforçando a importância de uma segurança pública cidadã, construída a várias mãos – ou seja, com participação popular, diálogo e corresponsabilidade. A iniciativa buscou, sob a égide dos direitos humanos, instrumentalizar e demonstrar que moradores podem atuar como agentes de transformação social, capazes de fortalecer o capital social por meio da promoção de uma cultura de paz em seus territórios.

Para os participantes, a oferta da formação representou um marco significativo para o Programa Mediação de Conflitos, cujos resultados continuam reverberando nos territórios. A partir da iniciativa, foi possível fortalecer e valorizar referências comunitárias, além de vislumbrar a criação de novos grupos e coletivos locais inspirados pelas trocas e aprendizados ao longo do curso.

Comissão de Comunicação do
Programa Mediação de Conflitos

O NOSSO CAMINHO

O Programa Mediação de Conflitos completa vinte anos de história.

Prezado(a) leitor(a), esta seção é um convite para revisitar nossa história.

Em formato de linha do tempo, celebramos as implantações do Programa em diversas cidades mineiras, marcando conquistas, aprendizados e o compromisso contínuo com a cultura da paz.

O PMC iniciou sua história em comunidades de Belo Horizonte, firmando as primeiras raízes da Mediação Comunitária. Esse período marcou o nascimento de um modelo que provou a força do diálogo como passo fundamental rumo à Segurança Pública Cidadã.



2004

PMC Morro das Pedras

Belo Horizonte

Imagem: Projeto Mutirão - Por Elas



2004

PMC Ribeiro de Abreu

Belo Horizonte

Imagem: Dinâmicas das velas com atendidas das oficinas



2005

PMC Jardim Teresópolis

Betim

Imagem: Ação Nós Criativos

2004



PMC Cabana do Pai Tomás

Belo Horizonte

Imagem: Ação Grande Cabana com Vida

2004



PMC Pedreira Prado Lopes

Belo Horizonte

Imagem: Memórias da PPL - Histórias que constroem

2005



PMC Jardim Felicidade

Belo Horizonte

Imagem: Da Quebrada ao Jardim, Ocupando Inhotim

2005



PMC Nova Contagem

Contagem

Imagem: Roda de Conversa sobre Outubro Rosa

2005

PMC Rosaneves

Ribeirão das Neves

Imagem: Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa

2005

PMC Morumbi

Uberlândia

Imagem: Roda de conversa na UBSF Joana D'Arc

2005

PMC Morro Alto

Vespasiano

Imagem: Café com Oficina

2006

PMC Serra

Belo Horizonte

Imagem: Evento Maio Laranja

2005

PMC Palmital

Santa Luzia

Imagem: Reinauguração UPC Palmital

2005

PMC Santos Reis

Montes Claros

Imagem: Feira em Rede

2005

PMC Taquaril

Contagem

Imagem: Cine Debate Projeto Sem Amarras

A missão de prevenção se ampliou com novas implantações em Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Uberlândia.

O PMC solidificou sua atuação em diferentes contextos, construindo sua metodologia para a construção de uma cultura de paz..

Esse esforço se concentrou em mobilizar para o trabalho, garantindo uma presença constante nas comunidades.

A premissa era clara: construir vínculos de confiança e mobilizar o capital social local, pois é na comunidade que as soluções mais duradouras nascem.

Rememorar as implantações do PMC em diversos municípios de Minas Gerais significa reconhecer, também, a capacidade de interiorização.

O Programa sempre se dedicou a refinar a escuta ativa, validando a importância de uma intervenção focada na gestão de conflitos interpessoais e comunitários.

Não há como olhar para trás sem reconhecer a força do protagonismo comunitário. É preciso pensar a comunidade como um agente de transformação, garantindo que as respostas para a cultura de paz sejam sempre construídas por e para a própria comunidade.



2006

PMC Vila CEMIG

Belo Horizonte

Imagem: Ação Grupo de homens



2008

PMC Minas Caixa

Belo Horizonte

Imagem: Projeto Memórias Vivas



2008

PMC Turmalina

Governador Valadares

Imagem: Oficina de Aerodance Comunitário e Feira Empreender com Elas

2006



PMC Veneza

Ribeirão das Neves

Imagem: Encontro de Referências Comunitárias

2006



PMC Santa Lúcia

Belo Horizonte

Imagem: Graffiti colaborativo no Centro Cultural Favela Bela

2008



PMC PTB

Betim

Imagem: Oficina Minha Melhor Versão

2008



PMC Via Colégio

Santa Luzia

Imagem: Curta-Metragem Associação Comunitária Alto São Cosme

2009



PMC Jardim Leblon

Belo Horizonte

Imagem: Projeto Raízes Comunitárias

2009



PMC Citrolândia

Betim

Imagem: Projeto de Prevenção "Cuidado e Poder: Beleza que Protege"

2013



PMC Primeiro de Maio

Belo Horizonte

Imagem: Sabor e movimento na terceira idade

2013



PMC Vila Pinho

Belo Horizonte

Imagem: Oficina de Canto em Conjunto

2013



PMC Ressaca

Contagem

Imagem: Projeto de Prevenção "Encena - Teatro do Oprimido"

2013



PMC Carapina

Governador Valadares

Imagem: Projeto Cinema

2013



PMC Jardim das Alterosas

Belo Horizonte

Imagem: Projeto de Prevenção

Nesse nosso caminho, o PMC sempre investiu em inovação metodológica, apostando na potência da mediação comunitária como um dispositivo que não apenas soluciona conflitos.

Mas que também os enxerga como uma oportunidade de aprendizado e transformação social.

É a partir do pilar da mediação comunitária que o PMC busca construir um modelo para uma segurança pública verdadeiramente cidadã.

Em 2019, tivemos um grande marco legal: a sanção da Lei 23.450, que consolidou a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade e garantiu a continuidade do PMC junto aos demais programas de prevenção.

Os anos de 2024 e 2025 foram reflexos da consolidação do Programa Mediação de Conflitos.

Comemoramos, em diversas ocasiões, a expansão das oficinas no quadro metodológico do PMC.

Em 2024-2025, estamos dando boas-vindas a novas unidades em processo de implantação.

E, em 2025, **celebramos os nossos vinte anos!**

Comissão de Comunicação do Programa Mediação de Conflitos



2014

PMC Jardim Canaã

Uberlândia

Imagem: Projeto Vozes que transformam: o protagonismo das mulheres na prevenção às violências.



2021

PMC Bom Jardim / Esperança

Ipatinga

Imagem: UPC e a Comunidade: Reinventando Caminhos



2025

Lançamento do PMC em Teófilo Otoni



2014

PMC Justinópolis

Ribeirão das Neves

Imagem: Projeto Maio Laranja



2018

PMC Olavo Costa

Juiz de Fora

Imagem: Projeto de Prevenção - Embolada Cultural



2024

PMC Estrela D'Alva

Contagem

Imagem: Projeto Vozes da Comunidade



∞

E além!





CARTA AO NÓS FUTURO

Escrevemos esta carta com esperança e expectativa de que, quando vocês estiverem lendo estas palavras, o Programa Mediação de Conflitos esteja ainda mais fortalecido, enraizado e atuante nos territórios, contribuindo para a construção de relações mais justas e não violentas.

Atualmente, nossa atuação se fundamenta em uma escuta profunda e em diálogo constante com as comunidades. Buscamos compreender as realidades vividas cotidianamente, propondo intervenções assertivas no enfrentamento da violência e na mediação de conflitos. Acreditamos firmemente que, quanto mais informado e amparado em seus direitos está um cidadão, menos exposto ele estará às violências e às diversas formas de vulnerabilidade.

Neste e nos próximos anos, estamos e estaremos desafiados a olhar mais de perto para as mortes violentas que atingem o público nos territórios onde atuamos. Essa análise tem exigido sensibilidade, profundidade e urgência na proposição de estratégias de verdadeira prevenção às expressões máximas de violência, num movimento que nos impulsiona a refletir sobre novas formas de intervenção e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

Também fomos provocados a repensar nossas estratégias de atendimento, conferindo maior ênfase às ações coletivas. Temos percebido que, embora muitas demandas cheguem de forma individualizada, elas refletem uma realidade social mais ampla e complexa. A análise atenta dessas situações revela expressões de violência que nascem das estruturas do nosso modelo de sociedade. Essas expressões alimentam uma cultura de violência que impacta diretamente os modos de socialização e a forma como nos comunicamos.

Diante desse cenário, temos buscado construir alternativas que promovam a mediação de conflitos a partir da comunicação não violenta e da mediação comunitária. Essa abordagem tem gerado transformações perceptíveis nas trajetórias das pessoas que acompanhamos, resgatando a escuta, o respeito mútuo e o reconhecimento da humanidade do outro como fundamentos centrais no processo de prevenção às violências.

Outro aspecto fundamental do nosso trabalho é a articulação com a rede parceira. Participamos ativamente das discussões de casos, do planejamento conjunto de ações e da formulação de estratégias que fortalecem a presença da segurança pública cidadã nos territórios.

Os desafios são muitos e constantes. Mas é justamente diante deles que encontramos sentido no que fazemos. Ao fomentar práticas não violentas e alternativas de resolução de conflitos, ajudamos os territórios a reencontrarem caminhos de esperança, justiça e valorização da vida. Seguimos guiados pelo compromisso de construir um mundo em que a igualdade social, o respeito às diferenças e a liberdade plena sejam realidades possíveis – princípios que dão ainda mais significado ao nosso trabalho.

**Comissão de Comunicação do
Programa Mediação de Conflitos**



Programa
Mediação de
Conflitos

A comissão

Celso Nunes de Sousa é diretor do Programa Mediação de Conflitos (SUPEC/SEJUSP). Sociólogo e Psicanalista, especialista em Segurança Pública e em Saúde Mental e Dependência Química. Atuou em diferentes funções no PMC, desde a execução territorial até a supervisão metodológica e a direção institucional.



Erika Cristiane Inacio Salgueiro é gerente do Programa Mediação de Conflitos (SEJUSP/SUPEC). Graduada em Serviço Social pela PUC Minas. Especialista em Psicanálise Clínica da Criança e do Adolescente pela PUC Minas. Formação em Psicanálise pelo Núcleo de Atendimento Terapêutico e Promoção Humana (NAPH).



Dalila Aparecida Almeida Salgueiro Lopes é bacharel em Serviço Social e especialista na Modalidade Residência em Saúde da Família pela UFJF. Assistente Social no Instituto da Família (INFA) e Analista Social no Programa Mediação de Conflitos desde 2019.



Ingrid Kelly Queiroz de Assis Marques é bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto e é Analista Social no Programa Mediação de Conflitos.



Jenifer Alvarenga Costa Magalhães é estudante do ensino médio e estagiária da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SEJUSP/SUPEC) no âmbito do Programa Mediação de Conflitos.



Karla Silva Souza é psicóloga graduada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-graduanda em psicanálise, arte e literatura pelo instituto ESPE. Atua como analista social e psicóloga clínica há 2 anos.



A comissão



Kelly Oliveira Teles Lacerda é estudante de Psicologia e estagiária no Programa Mediação de Conflitos no Minas Caixa.

Lucas Germano é especialista em Gerenciamento de Projetos pela PUC Minas, graduando em Gestão Pública pela UEMG e bacharel em Psicologia. Atua desde 2019 na Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade em diferentes programas e atualmente é Analista Social no PMC.



Lucas Matias de Almeida é bacharel em Direito e especialista em Resolución de Conflictos e Mediación Social pela Universidad Europea Miguel de Cervantes - UEMC, pós-graduando em Projetos Sociais e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Senac. Atua como Supervisor de Prevenção Social à Criminalidade no PMC.

Luximar Araújo de Freitas é bacharel em Serviço Social pela PUC Minas e especialista em Política de Assistência Social e Gestão do Sistema Público de Assistência Social. Atua como Analista Social no PMC.



Mariana Luiza dos Santos Viegas é bacharel em Psicologia, pós-graduada em Teoria Psicanalítica e Saúde Mental e mestre em Psicologia. Docente de cursos universitários em Psicologia. Atua como Supervisora de Prevenção Social à Criminalidade no PMC.

Mateus Ferreira de Almeida é psicólogo com experiência em gestão social, políticas públicas e recursos humanos estratégicos. Atua na avaliação de programas, desenvolvimento de lideranças e promoção de Diversidade & Inclusão, integrando psicologia e gestão. Atua como Supervisor de Prevenção Social à Criminalidade no PMC.



A comissão

Natália Fernandes Gonçalves é psicóloga, pós-graduanda em Saúde do Adolescente, psicanalista, acompanhante terapêutica. Defensora dos direitos humanos, antirracista e antimanicomial. Atua como Analista Social no Programa Mediação de Conflitos.



Otávio Alberto Donato é graduando em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e estagiário da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade no âmbito do Programa Mediação de Conflitos (SEJUSP/SUPEC).



Poliana Lourenço dos Santos é graduanda em Psicologia. Pesquisadora e extensionista. Atua como estagiária no Programa Mediação de Conflitos.



Sabrina de Bessa Rodrigues é bacharel em Serviço Social pela PUC Minas, especialista em Gestão de Políticas Públicas pela UEMG. Atua como Gestora Social do Programa Mediação de Conflitos na UPC Veneza.



